



Simulado Final

SEFA PA

**Auditor Fiscal De
Receitas Estaduais
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFA-PA**, cargo de **Auditor Fiscal de Receitas Estaduais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/2qZRHxmicTQoT5g9>

01 - ABCDE	26 - ABCDE	51 - ABCDE	76 - ABCDE	101 - ABCDE	126 - ABCDE	151 - ABCDE	176 - ABCDE
02 - ABCDE	27 - ABCDE	52 - ABCDE	77 - ABCDE	102 - ABCDE	127 - ABCDE	152 - ABCDE	177 - ABCDE
03 - ABCDE	28 - ABCDE	53 - ABCDE	78 - ABCDE	103 - ABCDE	128 - ABCDE	153 - ABCDE	178 - ABCDE
04 - ABCDE	29 - ABCDE	54 - ABCDE	79 - ABCDE	104 - ABCDE	129 - ABCDE	154 - ABCDE	179 - ABCDE
05 - ABCDE	30 - ABCDE	55 - ABCDE	80 - ABCDE	105 - ABCDE	130 - ABCDE	155 - ABCDE	180 - ABCDE
06 - ABCDE	31 - ABCDE	56 - ABCDE	81 - ABCDE	106 - ABCDE	131 - ABCDE	156 - ABCDE	181 - ABCDE
07 - ABCDE	32 - ABCDE	57 - ABCDE	82 - ABCDE	107 - ABCDE	132 - ABCDE	157 - ABCDE	182 - ABCDE
08 - ABCDE	33 - ABCDE	58 - ABCDE	83 - ABCDE	108 - ABCDE	133 - ABCDE	158 - ABCDE	183 - ABCDE
09 - ABCDE	34 - ABCDE	59 - ABCDE	84 - ABCDE	109 - ABCDE	134 - ABCDE	159 - ABCDE	184 - ABCDE
10 - ABCDE	35 - ABCDE	60 - ABCDE	85 - ABCDE	110 - ABCDE	135 - ABCDE	160 - ABCDE	185 - ABCDE
11 - ABCDE	36 - ABCDE	61 - ABCDE	86 - ABCDE	111 - ABCDE	136 - ABCDE	161 - ABCDE	186 - ABCDE
12 - ABCDE	37 - ABCDE	62 - ABCDE	87 - ABCDE	112 - ABCDE	137 - ABCDE	162 - ABCDE	187 - ABCDE
13 - ABCDE	38 - ABCDE	63 - ABCDE	88 - ABCDE	113 - ABCDE	138 - ABCDE	163 - ABCDE	188 - ABCDE
14 - ABCDE	39 - ABCDE	64 - ABCDE	89 - ABCDE	114 - ABCDE	139 - ABCDE	164 - ABCDE	189 - ABCDE
15 - ABCDE	40 - ABCDE	65 - ABCDE	90 - ABCDE	115 - ABCDE	140 - ABCDE	165 - ABCDE	190 - ABCDE
16 - ABCDE	41 - ABCDE	66 - ABCDE	91 - ABCDE	116 - ABCDE	141 - ABCDE	166 - ABCDE	191 - ABCDE
17 - ABCDE	42 - ABCDE	67 - ABCDE	92 - ABCDE	117 - ABCDE	142 - ABCDE	167 - ABCDE	192 - ABCDE
18 - ABCDE	43 - ABCDE	68 - ABCDE	93 - ABCDE	118 - ABCDE	143 - ABCDE	168 - ABCDE	193 - ABCDE
19 - ABCDE	44 - ABCDE	69 - ABCDE	94 - ABCDE	119 - ABCDE	144 - ABCDE	169 - ABCDE	194 - ABCDE
20 - ABCDE	45 - ABCDE	70 - ABCDE	95 - ABCDE	120 - ABCDE	145 - ABCDE	170 - ABCDE	195 - ABCDE
21 - ABCDE	46 - ABCDE	71 - ABCDE	96 - ABCDE	121 - ABCDE	146 - ABCDE	171 - ABCDE	196 - ABCDE
22 - ABCDE	47 - ABCDE	72 - ABCDE	97 - ABCDE	122 - ABCDE	147 - ABCDE	172 - ABCDE	197 - ABCDE
23 - ABCDE	48 - ABCDE	73 - ABCDE	98 - ABCDE	123 - ABCDE	148 - ABCDE	173 - ABCDE	198 - ABCDE
24 - ABCDE	49 - ABCDE	74 - ABCDE	99 - ABCDE	124 - ABCDE	149 - ABCDE	174 - ABCDE	199 - ABCDE
25 - ABCDE	50 - ABCDE	75 - ABCDE	100 - ABCDE	125 - ABCDE	150 - ABCDE	175 - ABCDE	200 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mSQb>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Felipe Luccas***Texto base para as questões de 1 a 6.****Canetas emagrecedoras podem ser eficazes se usadas com indicação correta e acompanhamento médico**

Marcio Corrêa Mancini comenta alerta de uma agência do Reino Unido, que associou casos de pancreatite aguda ao uso de canetas emagrecedoras, o que ocorreu também no Brasil

Uma agência reguladora do Reino Unido divulgou um alerta para pancreatite aguda como causa de mortes associadas a canetas emagrecedoras. Além disso, no Brasil, dados da Anvisa, que corroboram com o alerta, mostram mais de 200 casos suspeitos de pancreatite ligados a medicamentos usados para diabetes e obesidade. Especialistas alertam para uso sem indicação e acompanhamento desse método de tratamento.

Marcio Corrêa Mancini, médico e chefe do Grupo de Obesidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ressalta as preocupações em torno da utilização das canetas emagrecedoras. “Esses medicamentos estão no mercado há quase 20 anos, e a cada ano que passa evoluem sua eficácia e comodidade posológica. Durante esse período, cerca de um milhão e meio de pessoas utilizaram esse tratamento no Reino Unido e foram relatados 19 casos de pancreatite, de acordo com os dados dessa agência.”

“Isso quer dizer que as pessoas precisam ficar alertas: esses medicamentos devem ser utilizados com acompanhamento médico e indicação adequada. Não se deve recorrer a fontes não confiáveis para sua aquisição, pois os principais riscos atualmente enfrentados estão na compra de produtos geralmente manipulados ou contrabandeados, bem como na aplicação realizada na própria clínica, o que é algo completamente irregular”, acrescenta o especialista.

Adaptado de: Jornal da USP. Canetas emagrecedoras podem ser eficazes se usadas com indicação correta e acompanhamento médico. 23 fev. 2026.
Disponível em: jornal.usp.br.

1. Com base nas informações contidas no texto, é correto afirmar que

- a) os casos de pancreatite registrados no Reino Unido reforçam preocupações quanto à segurança das canetas emagrecedoras, sugerindo a necessidade de reavaliação dos critérios de aprovação desses medicamentos.
- b) o especialista orienta a aplicação das canetas em clínicas especializadas por garantir maior segurança aos usuários.
- c) o alerta da agência reguladora do Reino Unido, reforçado por dados da Anvisa no Brasil, implica a retirada dos medicamentos do mercado.
- d) o histórico de uso desses medicamentos ao longo de quase 20 anos, aliado à evolução de sua formulação, não prescinde da necessidade de indicação adequada e acompanhamento médico.
- e) a principal preocupação do especialista recai sobre a eficácia limitada das canetas emagrecedoras, que, apesar de recentes, ainda não demonstraram segurança consolidada

2. Sobre o trecho “Esses medicamentos estão no mercado há quase 20 anos [...]. Durante esse período, cerca de um milhão e meio de pessoas utilizaram esse tratamento no Reino Unido e foram relatados 19 casos de pancreatite, de acordo com os dados dessa agência.” é correto afirmar que

- a) o constituinte “19 casos de pancreatite” completa o sentido da locução “foram relatados”.
- b) ocorre uma relação de concordância entre o constituinte “um milhão” e o verbo “utilizaram”.
- c) o sujeito simples estabelece relação de concordância com a forma verbal “estão”.
- d) a locução “durante esse período” poderia ter sua ordem modificada para o final do período, o que provocaria uma mudança de sentido.
- e) o sujeito indeterminado estabelece relação de concordância com a forma verbal “há” presente na locução “há quase vinte anos”.

3. Em “Além disso, no Brasil, dados da Anvisa, que corroboram com o alerta, mostram mais de 200 casos suspeitos de pancreatite ligados a medicamentos usados para diabetes e obesidade”, o termo em destaque indica “finalidade”, tal como em:
- a) Profissionais da saúde encaminharam os casos suspeitos para a Anvisa a fim de registrar efeitos adversos.
 - b) O uso indiscriminado só para quando há orientação médica adequada.
 - c) O especialista afirmou que a discussão sobre novas normas ficará para depois da análise técnica.
 - d) A agência reguladora divulgou o alerta para orientar a população sobre os riscos da pancreatite aguda.
 - e) Algumas pessoas recorreram para o mercado paralelo a fim de adquirir o medicamento sem prescrição.
4. No trecho “Marcio Corrêa Mancini comenta alerta de uma agência do Reino Unido, que associou casos de pancreatite aguda ao uso de canetas emagrecedoras [...]”, o vocábulo em destaque funciona como
- a) uma conjunção que liga o termo “agência do Reino Unido” à sua especificação.
 - b) uma partícula de realce, empregada para determinar o termo anterior.
 - c) uma preposição, que introduz uma restrição ou especificação relativa ao termo “agência do Reino Unido”.
 - d) um pronome, que retoma “agência do Reino Unido” e acrescenta informação de caráter explicativo.
 - e) uma conjunção subordinativa, que introduz um complemento à oração principal
5. No trecho “Não se deve recorrer a fontes não confiáveis para sua aquisição, [...]”, sobre as características e o emprego do elemento sublinhado, é correto afirmar que
- a) corresponde a um vocábulo que indica condição necessária para a realização da ação verbal expressa na oração.
 - b) deveria ocorrer imediatamente após o verbo auxiliar, em conformidade com as regras de colocação pronominal.
 - c) faz referência ao sujeito da oração, indicando que ele pratica e recebe a ação verbal simultaneamente.
 - d) integra construção em que o sujeito não se encontra expresso na oração.
 - e) sinaliza elemento responsável pela formação da voz passiva sintética na oração
6. Sobre a sentença “Os maiores riscos que são enfrentados atualmente são a compra dos medicamentos de fontes não confiáveis”, é correto afirmar que
- a) o segmento “que são enfrentados atualmente” exerce função de complemento nominal do substantivo “riscos”.
 - b) o termo “maiores” exerce função de predicativo do sujeito.
 - c) o verbo “são”, na segunda ocorrência, funciona como verbo de ligação, conectando o sujeito ao seu predicativo.
 - d) a expressão “de fontes não confiáveis” exerce função de adjunto adverbial.
 - e) o sujeito da forma verbal “são enfrentados” é indeterminado

Texto base para as questões de 7 a 9



Saúde Aracaju. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/DTdkKbKDv3B/?img_index=2. 13 de janeiro
de 2026.

7. O texto, relativo à postagem feita no Instagram, tem como foco

- a) reforçar a importância da vigilância sanitária no controle da circulação de medicamentos sujeitos à falsificação.
- b) conscientizar a população sobre os riscos envolvidos na aquisição irregular do medicamento, no contexto de ações de fiscalização intensificadas.
- c) divulgar medidas administrativas adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para coibir práticas comerciais ilícitas.
- d) apresentar informações institucionais acerca do medicamento e de sua indicação terapêutica.
- e) orientar comerciantes e distribuidores quanto às consequências legais da venda irregular do produto

8. As palavras “comércio” e “saúde” são acentuadas pelo mesmo motivo que:

- a) cenário e médio.
- b) rápido e também.

c) início e caótico.

d) tecnologia e cafeína.

e) barbárie e ruído

9. A partir da interpretação do contexto em que se inscreve o vocábulo grifado em “fiscalização contra o comércio ilegal do Mounjaro”, a alternativa em que consta uma expressão semanticamente antônima ao referido vocábulo é

- a) vendido sem orientação profissional.
- b) feito com acompanhamento médico.
- c) feito sem controle adequado.
- d) autorizado pelas autoridades competentes.
- e) realizado sem a devida regularização

Texto base para as questões de 10 a 15.

O desafio da comunicação científica na era digital

As redes sociais digitais se consolidaram como o principal espaço de promoção e normalização do uso irregular de medicamentos para emagrecimento. Em vídeos virais, posts patrocinados e anúncios disfarçados de orientação médica, esses produtos são apresentados como soluções rápidas e milagrosas, muitas vezes sem qualquer respaldo técnico-científico.

O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública. Torna-se difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes. Na prática, a circulação irregular compromete os sistemas de farmacovigilância, sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS) e amplia a exposição da população a danos evitáveis.

Adaptado de: Nexo Jornal. Os riscos do comércio ilegal de canetas emagrecedoras.

23 jan. 2026. Disponível em: nexojornal.com.br

10. Em “O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública e compromete os sistemas de farmacovigilância.”, quanto à regência, observa-se um:

- a) correto emprego da preposição “a”, em “à saúde pública”, exigida pelo nome “risco”.
- b) desvio de regência nominal, pois o substantivo “risco” exige a preposição “para”, e não “a”.
- c) desvio de regência verbal, já que o verbo “comprometer” exige complemento introduzido pela preposição “com”.
- d) desvio de regência verbal, uma vez que o verbo “representar”, quando indica consequência ou resultado, rege complemento introduzido pela preposição “em”.
- e) desvio de regência nominal, uma vez que o termo “farmacovigilância” deveria ser introduzido pela preposição “da”

11. A construção sublinhada no trecho “Torna-se difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes.” se refere

- a) ao risco concreto à saúde pública.
- b) aos medicamentos não aprovados fora dos canais regulados.
- c) aos efeitos adversos.
- d) ao consumo desses medicamentos.
- e) aos vídeos virais, posts patrocinados e anúncios

12. No trecho “Na prática, a circulação irregular compromete os sistemas de farmacovigilância, sobrecarrega o Sistema Único de Saúde [...]”, a classe de palavra e o processo de formação do termo sublinhado são, respectivamente:

- a) adjetivo e derivação prefixal.
- b) substantivo e composição por aglutinação.
- c) adjetivo e derivação sufixal.
- d) advérbio e parassíntese.
- e) substantivo e composição por justaposição

13. Em “O desafio da comunicação científica na era digital”, o trecho sublinhado apresenta primordialmente um valor

- a) temporal, indicando o espaço virtual em que o desafio da comunicação científica acontece.
- b) locativo, pois a preposição “em”, presente em “na”, sugere circunstância espacial.
- c) temporal, marcado linguisticamente pelo substantivo “era” e pelo adjetivo “digital”.
- d) locativo, caracterizado pelo uso da preposição “em” com referência temporal.
- e) locativo e temporal, já que a preposição sugere lugar e “era digital” remete a tempo histórico

14. Em “O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública e torna difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes”, o vocábulo sublinhado concorda com:

- a) “efeitos adversos e medidas regulatórias eficazes”.
- b) “risco concreto à saúde pública”.
- c) “consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados”.
- d) “sua origem e monitorar efeitos adversos”.
- e) “identificar sua origem”

15. O uso da crase no trecho “um risco concreto à saúde pública” se justifica pela mesma regra utilizada em

- a) O atendimento foi direcionado à população idosa.
- b) Chegamos à noite para a reunião.
- c) Ele saiu às pressas do local.
- d) Referiu-se àquela pesquisa recente.
- e) A reunião ocorrerá às 14h

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

16. Ao realizar o planejamento estratégico de uma startup, o diretor financeiro explicou aos novos sócios que o custo de oportunidade do investimento pode ser visto como o valor exigido para renunciar à liquidez imediata. Em suas planilhas de projeção, para facilitar a modelagem matemática e a programação dos algoritmos de juros compostos, ele padronizou que o rendimento não seria inserido em formato percentual, mas sim em um formato decimal que expressa o rendimento gerado para cada unidade monetária investida. No jargão da matemática financeira, essa forma específica de representar a taxa de juros é denominada taxa:

- a) comercial
- b) efetiva
- c) nominal
- d) real
- e) unitária

17. A tabela a seguir apresenta a situação do saldo da conta corporativa de uma empresa de logística. A empresa está avaliando qual de duas instituições parceiras, Financeira A ou Financeira B, oferece a melhor condição para o uso do limite de crédito emergencial (conhecido como cheque especial). Sabe-se que a Financeira A cobra uma taxa de juros mensal de 12% capitalizando os juros diariamente, enquanto a Financeira B cobra uma taxa de juros de 9% ao mês, também com capitalização diária.

Data	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
05/10	Transferência recebida	1.000	1.000
06/10	Pagamento de combustível	1.500	-(500 + juros)
07/10	Manutenção de frota	550	?

Admita que ao final de cada dia haja cobrança de juros sobre o saldo devedor e que não há qualquer outra movimentação financeira. Considerando um

mês de 30 dias e realizando as aproximações com 2 casas decimais, a diferença positiva entre os saldos da conta corporativa dessa empresa, no final do dia 07/10, caso optasse pela Financeira A ou pela Financeira B, seria de:

- a) R\$ 1,56.
- b) R\$ 3,25.
- c) R\$ 2,10.
- d) R\$ 1,05.
- e) R\$ 2,23

18. Uma indústria de móveis possui uma duplicata com valor de face de R\$ 23.000,00 que vencerá em exatos 5 meses. Para honrar a folha de pagamento de seus funcionários, o gerente financeiro decide antecipar o recebimento desse título em um banco que opera com desconto comercial simples a uma taxa de 4% ao mês. Nessa operação, a taxa efetiva mensal de juros simples que a indústria está de fato pagando ao banco é de:

- a) 4,0%.
- b) 4,2%.
- c) 4,8%.
- d) 5,0%.
- e) 5,4%.

19. O departamento financeiro de uma metalúrgica renegociou o financiamento de um equipamento de precisão recém-adquirido. O contrato original previa a quitação da dívida em três prestações, sob o regime de juros compostos à taxa de 30% ao semestre. Os valores dessas prestações seriam de R\$ 6.000,00, com vencimento em seis meses; R\$ 9.000,00, com vencimento em um ano; e R\$ 16.900,00, com vencimento em dois anos. Para otimizar o fluxo de caixa, o diretor financeiro propôs ao banco credor a substituição de todo o fluxo de pagamentos original por uma única parcela, a ser liquidada exatamente daqui a um ano. O valor desse pagamento único, em reais, deverá ser de:

- a) 22.923,08
- b) 25.923,08
- c) 26.800,00
- d) 29.800,00
- e) 31.900,00

20. Um agricultor adquiriu uma nova colheitadeira por meio de um financiamento bancário que deverá ser quitado em doze prestações mensais e sucessivas. O contrato estipula que a primeira parcela vencerá um mês após a liberação do crédito. Durante a negociação, o gerente do banco ofereceu ao agricultor a opção de escolher entre o Sistema de Amortização Constante e o Sistema Price, alertando que ambos utilizariam exatamente a mesma taxa de juros compostos de 2% ao mês. A respeito do comportamento do fluxo de prestações mensais exigido por esses dois sistemas, é correto afirmar que a:

- a) primeira prestação calculada pelo sistema Price é superior à primeira prestação calculada pelo SAC.
- b) última prestação calculada pelo sistema Price é superior à última prestação calculada pelo SAC.
- c) primeira prestação calculada pelo SAC é exatamente 2% maior do que a primeira prestação do sistema Price.

d) diferença entre a soma dos valores presentes das prestações de ambos os sistemas é de 2%.

e) prestação mensal exigida pelo SAC aumenta progressivamente com o passar do tempo.

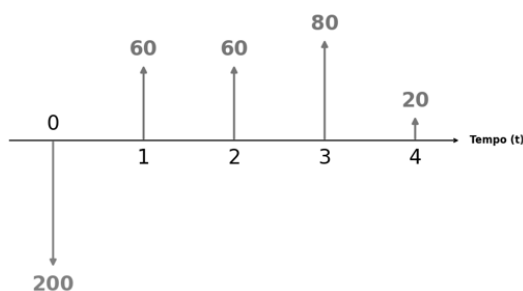
21. Uma clínica médica financiou a compra de um novo equipamento de ultrassom no valor de R\$ 50.000,00. A instituição financeira parceira cobrou uma taxa de juros mensais de 1%, e o acordo estabelece que a dívida deverá ser paga pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas. Sabendo que a primeira prestação vence exatamente um mês após a assinatura do contrato, ou seja, sem período de carência, o total dos juros pagos pela clínica até a quinta prestação, inclusive, será igual a:

- a) R\$ 1.500,00.
- b) R\$ 1.800,00.
- c) R\$ 1.950,00.
- d) R\$ 2.000,00.
- e) R\$ 2.500,00.

22. Um estúdio de design e animação precisou atualizar seus equipamentos e financiou a compra de novas estações de trabalho no valor total de R\$ 57.000,00. O contrato junto à instituição financeira estipula que a dívida será paga em 20 prestações mensais e consecutivas, à taxa de juros compostos de 4% ao mês. Considerando que o financiamento foi realizado pelo Sistema de Amortização Misto (SAM) e utilizando 2,2 como valor aproximado para $1,04^{20}$, o valor da primeira prestação a ser paga pelo estúdio será de:

- a) R\$ 4.655,00.
- b) R\$ 5.310,00.
- c) R\$ 4.830,00.
- d) R\$ 5.130,00.
- e) R\$ 4.180,00.

23. O departamento de inovação de uma montadora de veículos elétricos elaborou um diagrama de fluxo de caixa projetando a implantação de um novo sistema de montagem automatizado. O diagrama reflete os dispêndios (setas para baixo) e as receitas líquidas esperadas (setas para cima) durante os quatro semestres sucessivos de duração do projeto. Os valores indicados nas setas estão expressos em milhões de reais.



Considerando esse fluxo de caixa e supondo o uso do regime de taxa de juros composta, é correto afirmar que o(a):

- taxa interna de retorno seria negativa caso o desembolso inicial fosse de R\$ 220 milhões.
- taxa interna de retorno da operação é positiva.
- valor presente líquido do projeto é negativo se avaliado a taxas de desconto menores que a taxa interna de retorno.
- valor presente líquido do projeto é positivo se avaliado a taxas de desconto maiores que a taxa interna de retorno.
- valor presente líquido da operação comporta-se como uma função crescente em relação à taxa de atratividade aplicada.

- a moda é superior que a média;
- há presença de valores extremos inferiores;
- o coeficiente de curtose estimado é significativamente maior que 3;
- a maior parte das observações concentra-se próxima ao terceiro quartil.

Com base nessas informações e nas propriedades das distribuições empíricas, José Miranda deduziu que a distribuição dos tempos de tramitação é:

- aproximadamente simétrica, com distribuição mesocúrtica e ausência de outliers
- assimétrica à esquerda, leptocúrtica, com presença de outliers inferiores
- assimétrica à direita, leptocúrtica, com presença de outliers superiores
- simétrica, mesocúrtica, com concentração nos extremos
- bimodal, platicúrtica e dispersão homogênea

25. Em um órgão do SEFA PA há:

- 7 analistas fazendários,
- 5 auditores fiscais,
- 4 fiscais de receitas estaduais.

Será formada uma comissão com 4 membros, contendo pelo menos 2 auditores.

Dado que a comissão formada satisfaz essa condição, a probabilidade de que ela contenha exatamente 1 fiscal de receitas estaduais é:

- $\frac{49}{133}$
- $\frac{52}{133}$
- $\frac{64}{133}$
- $\frac{71}{133}$
- $\frac{89}{133}$

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

24. Em um órgão do SEFA PA, o auditor José Miranda fez uma análise profunda do tempo de tramitação dos últimos 2456 processos administrativos. Após a construção de um boxplot e de um histograma, José Miranda observou que:

26. O estatístico Bruno ao realizar um experimento binomial com três provas, descobriu que a probabilidade de ocorrer um sucesso é o dobro da probabilidade de ocorrerem três fracassos. Desse modo, Bruno descobriu que a diferença entre as probabilidades de fracasso e sucesso é, em percentual, igual a:

- a) 10%
- b) 20%
- c) 40%
- d) 60%
- e) 80%

27. O tempo médio de atendimento em um setor segue uma distribuição normal com média de 120 minutos e desvio padrão de 18 minutos. A probabilidade de que um atendimento dure entre 102 e 147 minutos, aproximadamente, é:

Tabela de Distribuição Normal (Valores acumulados $P(Z < z)$):

z	$P(Z < z)$
-1,5	0,0668
-1,0	0,1587
0,0	0,5000
1,0	0,8413
1,5	0,9332
2,0	0,9772

- a) 0,42
- b) 0,51
- c) 0,62
- d) 0,77
- e) 0,85

28. Minerva, uma auditora do SEFA PA e ex-aluna do Estratégia Concursos, realizou um estudo sobre a média do número diário de atendimentos de um setor do SEFA PA e descobriu que o erro máximo é de 2 unidades com nível de confiança de 95%. Nos seus estudos, Minerva descobriu que a variância populacional é igual a 100. Portanto, Minerva deduziu que o tamanho mínimo da amostra é igual a:

- a) 81
- b) 65
- c) 170
- d) 121
- e) 97

Star Trek, uma empresa especializada em automação, com a finalidade de determinar a relação entre os gastos anuais com circuitos (X), em R\$ 1 000,00, e o lucro bruto anual (Y), em R\$ 1 000,00, optou por utilizar o modelo linear simples $Y_i = \alpha + \beta X_i + \epsilon_i$, em que Y_i é o valor do lucro bruto auferido no ano i, X_i é o valor gasto com propaganda no ano i e ϵ_i o erro aleatório com as respectivas hipóteses consideradas para a regressão linear simples (α e β são parâmetros desconhecidos).

Os estudos mostraram que, de 2016 a 2025, essas foram as informações da empresa:

$$\begin{aligned} \sum Y_i &= 100 & \sum X_i &= 60 & \sum X_i Y_i &= 650 \\ \sum X_i^2 &= 400 & \sum Y_i^2 &= 1.080 \end{aligned}$$

Baseado no texto acima, faça as questões 29 e 30.

29. O valor do coeficiente angular é igual a:

- a) 1
- b) 1,25
- c) 1,5
- d) 1,75
- e) 2

30. Portanto, podemos concluir que haja um gasto anual com circuitos de 200 mil reais, a previsão do lucro bruto anual, em mil reais, será de:

- a) 248
- b) 248,4
- c) 251
- d) 252,5
- e) 204

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

31. A Gestão Pública Empreendedora busca romper com patologias do modelo tradicional que geram ineficiência crônica. Entre os fatores que esse modelo combate vigorosamente, destaca-se:

- a) A transparência na utilização dos recursos públicos.
- b) A autonomia excessiva dos gestores de unidades finalísticas.
- c) O monitoramento contínuo de resultados por meio de indicadores.
- d) O diálogo público entre o Estado e as organizações do terceiro setor.
- e) A hierarquia excessiva e o foco exclusivo em processos em detrimento dos resultados.

32. O conceito de "Governo Catalisador" sugere que o Estado deve:

- a) Executar todas as tarefas sociais.
- b) Limitar-se a decidir e a dirigir, deixando o "fazer" para outrem.
- c) Substituir a iniciativa privada em setores lucrativos.
- d) Criar empresas estatais para cada novo problema social.
- e) Ignorar as avaliações da sociedade civil.

33. Uma diferença fundamental entre o governo burocrático tradicional e o governo empreendedor reside na forma como o controle é exercido e orientado. No modelo empreendedor, o controle foca primordialmente:

- a) Nas missões, nas metas e nos objetivos organizacionais, em vez do controle rígido de meios.
- b) Na conformidade às rubricas orçamentárias e ao controle de custos unitários.
- c) No cumprimento estrito das normas de licitação, ignorando o resultado final.
- d) Na centralização das decisões no núcleo estratégico para evitar desvios.
- e) No isolamento do servidor público em relação às demandas do "cidadão-cliente".

34. O controle social, pilar da democracia participativa, não se limita à mera consulta, mas se consolida como um mecanismo em que a sociedade civil atua na fiscalização da coisa pública. Segundo a doutrina e as diretrizes de transparência, esse controle é tecnicamente definido como:

- a) A fiscalização hierárquica exercida pelos órgãos de controle interno sobre os agentes de ponta.
- b) A participação ativa da sociedade na verificação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e das decisões de governo.
- c) O julgamento das contas anuais dos prefeitos realizado exclusivamente pelas Câmaras Municipais.
- d) A regulação estatal sobre as atividades das organizações não governamentais (ONGs) que recebem recursos públicos.
- e) O voto obrigatório, que transfere integralmente a responsabilidade da gestão ao representante eleito.

35. Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece dois regimes principais de disponibilização de dados. Como se classifica a transparência que ocorre especificamente por meio da provocação do cidadão, quando este solicita uma informação pública que não foi previamente divulgada pelo órgão?

- a) Transparência Ativa, decorrente do dever de ofício do gestor.
- b) Transparência Fiscal, vinculada estritamente à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Transparência Passiva (ou reativa), fundamentada no dever do Estado de fornecer informações mediante requerimento.
- d) Transparência Compulsória, restrita apenas a processos judiciais sob sigilo de justiça.
- e) Transparência Discricionária, em que o gestor decide a conveniência da entrega da informação.

36. No âmbito da transparência passiva e do direito à informação, a Lei nº 12.527/2011 (LAI) inova ao estabelecer que o acesso à informação pública deve ser a regra. Sobre os deveres do Estado nesse regime, é correto afirmar que:

- a) O órgão pode exigir que o cidadão apresente os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- b) O serviço de busca e fornecimento de informações é sempre oneroso para o cidadão, independentemente de sua condição financeira.
- c) A informação pública é tratada como um dever do Estado e um direito fundamental, devendo o sigilo ser a exceção.
- d) Empresas públicas e sociedades de economia mista estão desobrigadas de seguir as normas da LAI por possuírem natureza jurídica de direito privado.
- e) Documentos relativos à conduta de agentes públicos em exercício de função são considerados sigilosos por natureza.

37. Os Conselhos de Gestão permitem que os cidadãos:

- a) Participem das decisões do Estado e fiscalizem a Administração Pública.
- b) Recebam salários idênticos aos de ministros.
- c) Anulem leis aprovadas pelo Congresso.
- d) Exerçam o poder de polícia sobre particulares.
- e) Contratem empresas sem licitação.

38. Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas são peças-chave na co-gestão do Estado contemporâneo. Sobre sua estrutura e funcionamento, é tecnicamente correto afirmar que:

- a) São órgãos de assessoramento pessoal do governante, sem previsão legal de permanência.
 - b) Possuem caráter meramente consultivo, sendo vedada qualquer atribuição deliberativa ou fiscalizatória.
 - c) São estruturas permanentes dotadas de representação paritária entre o Estado e a sociedade civil organizada.
 - d) São compostos exclusivamente por servidores de carreira para garantir a neutralidade técnica.
 - e) Devem ser extintos a cada mudança de mandato para garantir o alinhamento político com o novo governo.
-

ÉTICA*Tiago Zanolla*

39. Renata, servidora nomeada para o cargo de Auditora Fiscal de Receitas Estaduais da SEFA-PA, tomou posse regularmente, mas deixou transcorrer o prazo de quinze dias sem entrar em exercício. A Administração, reconhecendo necessidade comprovada para o preenchimento de requisitos para posse, concedeu prorrogação de quinze dias. Findo esse novo prazo, Renata permaneceu inerte. Apurou-se, ainda, que em período anterior ela havia sido autorizada a afastar-se do Estado para estudo de interesse do serviço público, com ônus para os cofres estaduais, pelo período de doze meses, sem ter cumprido a obrigação subsequente prevista em lei. Considerando exclusivamente a sistemática da Lei nº 5.810/1994, é correto afirmar que:

- a) A prorrogação do prazo de entrada em exercício pode ser reiterada pela Administração sempre que persistam as necessidades comprovadas que a fundamentaram originalmente.
- b) A exoneração de Renata é medida impositiva após o esgotamento dos prazos legais, e a obrigação de prestar serviço equivalente ao período de afastamento custeado pelo Estado subsiste independentemente da exoneração.
- c) Compete exclusivamente ao titular do órgão para o qual Renata foi nomeada deliberar sobre a prorrogação do prazo de exercício, sendo vedado que esse juízo seja exercido por autoridade diversa.
- d) O descumprimento do prazo de entrada em exercício, mesmo após a prorrogação, não autoriza a exoneração imediata, dependendo de instauração de processo administrativo disciplinar para apuração da falta.
- e) A obrigação de prestar serviço ao Estado pelo período equivalente ao afastamento extingue-se automaticamente caso Renata seja desvinculada do cargo antes de seu cumprimento.

40. Fernanda, Auditora Fiscal da SEFA-PA, cumpre jornada de 8 horas diárias e acumula legalmente outro cargo público, também com jornada de 8 horas diárias. Tanto ela quanto seu cônjuge Rodrigo, igualmente servidor efetivo estadual com jornada de 6 horas diárias, possuem sob seus cuidados o mesmo filho com deficiência. Ambos requereram, simultaneamente, a concessão de horário especial com redução de carga horária: Fernanda pleiteou a redução de 1 hora diária em cada um de seus dois cargos; Rodrigo, a redução de 1 hora no seu único cargo. Considerando exclusivamente a sistemática dos artigos 66-A a 66-F da Lei nº 5.810/1994, é correto afirmar que:

- a) Rodrigo não faz jus ao horário especial, pois a carga horária mínima de 6 horas diárias exigida deve ser interpretada como limite inferior exclusivo, não alcançando quem cumpre exatamente essa jornada.
- b) Fernanda poderá obter a redução de 1 hora diária em cada um de seus dois cargos, dado que a restrição legal se dirige à modalidade de alternância entre servidores, e não ao servidor que acumula cargos.
- c) Rodrigo e Fernanda poderão receber simultaneamente o horário especial, desde que as reduções sejam escalonadas de modo a não superar, em conjunto, 1 hora diária total de assistência à pessoa com deficiência.
- d) A avaliação pela junta oficial multiprofissional poderá ser dispensada se os documentos do pedido forem instruídos com laudo de médico especialista reconhecido, com referência expressa à impossibilidade de realização da reabilitação em outro horário.
- e) Fernanda poderá obter a redução em apenas um dos seus dois cargos, e, em razão de ela e Rodrigo serem responsáveis pelo mesmo assistido, somente um deles terá direito ao horário especial, sendo admitida a alternância desde que periódica.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

41. Considerando os entendimentos doutrinários quanto ao desfazimento dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) A cassação revogatória representa forma de extinção de ato válido por razões de conveniência e oportunidade da Administração.
- b) Atos que integram procedimento em regra são passíveis de revogação, desde que sejam discricionários.
- c) Atos que possuem vício de finalidade podem ser convalidados.
- d) Um ato administrativo poderá caducar a partir da superveniência de legislação nova.
- e) A anulação realizada pela Administração Pública depende da provocação do interessado.

42. No que se refere à emissão da Certidão de Débitos Tributários (CDT), é correto afirmar que:

- a) caracteriza ato punitivo quando emitida como certidão positiva de débitos, exceto se possuir efeito de negativa.
- b) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- c) é ato administrativo constitutivo.
- d) caracteriza ato administrativo negocial.
- e) é ato externo.

43. Um fiscal de tributos de determinada unidade da federação, na regular execução de fiscalização tributária, apreendeu mercadorias que se encontravam na posse de contribuinte em situação irregular. A ação do fiscal foi questionada judicialmente, ensejando a atuação da Procuradoria Pública.

É possível afirmar que a apreensão em epígrafe decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

44. Uma concessionária do serviço público de abastecimento de água, durante uma manutenção na rede causou danos a um particular não usuário do serviço, porém não possui meios para arcar com a indenização. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Haverá responsabilidade subsidiária do Poder concedente.
- b) Não é possível a responsabilização da concessionária perante não usuários do serviço.
- c) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.
- d) A responsabilidade da concessionária perante usuários é objetiva, mas subjetiva perante não-usuários do serviço público.
- e) Não haverá responsabilidade do Poder concedente, subsidiária ou solidária.

45. Considerando os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas estatais prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- b) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- c) Apesar da inexistência de personalidade jurídica própria, excepcionalmente órgãos públicos podem possuir capacidade processual, independentemente de sua estatura hierárquica.
- d) Para a desestatização de sociedade de economia mista, a jurisprudência admite autorização genérica em lei que veicule programa de desestatização.
- e) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.

46. Sobre o critério de julgamento por "maior retorno econômico", utilizado em contratos de eficiência, assinale a alternativa de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) Deve ser utilizado preferencialmente para a contratação de serviços técnicos de natureza intelectual.
- b) A remuneração do contratado será fixa, baseada no valor estimado da economia, independentemente do resultado alcançado.
- c) O julgamento considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração será fixada em percentual que incidirá sobre a economia efetivamente obtida.

d) É expressamente vedada a utilização deste critério para a contratação de serviços de engenharia, mesmo que visem a redução de despesas correntes.

e) A proposta deve ser avaliada apenas por critérios técnicos, sendo o retorno econômico um fator de desempate.

47. Considerando as regras da Lei 12.527/2011, sabe-se que a competência para classificar informações no grau ultrassecreto é restrita. Assinale quem NÃO possui tal competência:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas.
- c) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- d) Chefes de Missões Diplomáticas permanentes no exterior.
- e) Titulares de autarquias e fundações públicas federais.

48. De acordo com o disposto na Constituição Federal, assinale serviço público de competência dos Estados:

- a) portos fluviais.
- b) serviços de geração e transmissão de energia elétrica.
- c) serviços de radiodifusão sonora.
- d) transporte coletivo de passageiros.
- e) serviços locais de gás canalizado.

49. Considerando as regras previstas na Constituição Federal, assinale uma característica do regime próprio de previdência social (RPPS):

- a) o fato de ser aplicável a todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos da esfera federal.
- c) vedação à adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) sujeição a registro pelo Congresso Nacional, assembleia legislativa ou câmara de vereadores dos atos de concessão de aposentadoria, a depender da esfera.
- e) impossibilidade de o regime alcançar servidores que exercem função de confiança.

50. Na modalidade diálogo competitivo, a realização e condução do certame possui regras específicas. Assinale a alternativa correta quanto à sua estrutura:

- a) Sua condução ocorre sob a responsabilidade individual de agente de contratação individual.
- b) Admite a participação de licitantes que não participaram da fase de diálogos, desde que apresentem proposta tecnicamente superior.
- c) É obrigatório que sua condução seja realizada por comissão composta por, no mínimo, 3 servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes.
- d) O prazo mínimo para a manifestação de interesse dos participantes no edital da fase de diálogo é de 15 dias úteis.
- e) É vedada a contratação de profissionais externos para assessoramento técnico quanto à sua condução.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação à desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou de ofício, decretar a desconconsideração.
- b) Com a desconconsideração da personalidade jurídica, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações serão estendidos aos bens particulares de todos os administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- c) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) Dá-se a confusão patrimonial com a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- e) O fato de a pessoa jurídica integrar grupo econômico autoriza a desconconsideração de sua personalidade.

52. Jorge comprou um anel, sob falsa suposição de se tratar de uma joia. O vendedor percebeu o engano, mas preferiu silenciar. Jorge veio a descobrir, tempos depois, que peça era uma bijuteria.

Com relação à compra efetuada por Jorge, pode se afirmar que trata de um negócio jurídico:

- a) Nulo, e portanto, imprescritível.
- b) Nulo, sujeito ao prazo prescricional de 10 anos.
- c) Anulável, sujeito ao prazo prescricional de 2 anos.
- d) Anulável, sujeito ao prazo decadencial de 4 anos.
- e) Válido.

53. Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa correta.

- a) Obrigação solidária é aquela cuja prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico
- b) A solidariedade pode se presumir em caso de haver pluralidade de credores ou de devedores.
- c) Havendo credores solidários, e vindo a prestação a se converter em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.
- d) Importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários.
- e) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

54. Alfredo, criança de 10 anos de idade, pegou um prego e riscou o carro de Luciana, que estava estacionado perto de sua casa.

Com relação ao prejuízo sofrido por Luciana, é correto afirmar que serão responsáveis civilmente:

- a) Os pais de Alfredo, na modalidade subjetiva, mas não Alfredo.
- b) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, mas não Alfredo.
- c) Os pais de Alfredo, na modalidade subjetiva, e Alfredo, subsidiariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.
- d) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, e Alfredo, solidariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.
- e) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, e Alfredo, subsidiariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.

55. Assinale a alternativa correta, sobre as espécies de contrato previstas no Código Civil.

- a) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido
 - b) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, mas não prevalece cláusula de reversão em favor de terceiro.
 - c) Salvo disposição em contrário, o locatário goza do direito de retenção, no caso de benfeitorias necessárias ou no de benfeitorias úteis, independentemente de estas terem sido feitas com o consentimento do locador.
 - d) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, que se perfaz com o acordo de vontades.
 - e) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de 5 anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta.
-

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

56. A sociedade empresária Cadu Tecnologia Ltda. encerrou irregularmente suas atividades após contrair vultosa dívida com diversos fornecedores. Durante a instrução processual, verificou-se que Cadu integrava, juntamente com a empresa Carrilho Serviços Ltda. e Costa Participações S.A., um mesmo grupo econômico de fato, com identidade de sócios administradores, atuação coordenada, unidade de comando e confusão operacional. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) A mera existência de grupo econômico autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica para atingir automaticamente o patrimônio de todas as sociedades integrantes do grupo.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica é inadmissível entre sociedades de um mesmo grupo econômico, pois a autonomia patrimonial impede qualquer forma de responsabilização cruzada.
- c) A configuração de grupo econômico, somada a elementos como desvio de finalidade ou confusão patrimonial, pode justificar a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar outras sociedades do grupo, desde que observados os requisitos legais.
- d) A responsabilização das demais sociedades do grupo depende exclusivamente de prova de insolvência civil dos sócios pessoas físicas, sendo irrelevante a existência de confusão patrimonial entre pessoas jurídicas.
- e) Uma vez reconhecido o grupo econômico, presume-se fraude contra credores, dispensando-se prova concreta de abuso da personalidade jurídica.

57. Sobre o nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- a) O nome empresarial é protegido independentemente de registro na Junta Comercial.

- b) O nome empresarial identifica o empresário ou a sociedade no exercício da empresa.
- c) O nome empresarial se confunde com a marca, pois ambos têm a mesma função jurídica.
- d) Toda sociedade empresária deve adotar obrigatoriamente denominação social.
- e) O nome empresarial pode ser livremente escolhido, sem observar o tipo societário.

58. De acordo com a Lei nº 11.101/2005, a falência aplica-se, em regra:

- a) a qualquer devedor civil, inclusive pessoa física não empresária.
- b) apenas às sociedades anônimas.
- c) ao empresário e à sociedade empresária.
- d) somente às microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) exclusivamente às sociedades limitadas.

DIREITO PENAL*Ivo Martins*

59. No que tange à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, independentemente do momento da ação ou omissão.
- c) A lei brasileira é aplicada a crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada, achando-se estas em alto-mar.
- d) O Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Ubiquidade para definir o tempo do crime.
- e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.

60. Sobre a imputabilidade penal, de acordo com o Código Penal Brasileiro, é correto afirmar:

- a) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- b) É isento de pena o agente que, por embriaguez voluntária, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- c) Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) A embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior nunca gera isenção de pena, apenas redução de um a dois terços.
- e) O sistema adotado pelo Brasil para aferir a sanidade mental é o puramente biológico.

61. Assinale a alternativa que descreve corretamente o crime de Corrupção Passiva:

- a) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, vantagem indevida.
- b) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- d) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- e) Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

62. De acordo com a nova Lei de Abuso de Autoridade, para que haja a configuração do crime, é necessário o dolo específico de:

- a) Agir com culpa gravíssima no exercício da função pública.

b) Prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal.

c) Causar dano ao patrimônio público por imperícia técnica.

d) Apenas o dolo genérico de realizar a conduta descrita no tipo penal.

e) Exercer a função pública de forma eficiente, porém com rigor excessivo permitido pela norma.

63. Sobre o Enriquecimento Ilícito na Lei de Improbidade Administrativa (após as alterações da Lei 14.230/2021), assinale a correta:

a) Admite-se a modalidade culposa para o ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito.

b) A perda da função pública atinge apenas o vínculo que o agente mantinha com o poder público na época do fato.

c) Constitui ato de improbidade receber vantagem econômica de qualquer natureza para tolerar a exploração de jogos de azar.

d) A aplicação das sanções da lei de improbidade depende da efetiva ocorrência de dano ao erário.

e) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às cominações da lei.

64. Quanto aos crimes contra a ordem tributária, é correto afirmar, com base na jurisprudência do STF (Súmula Vinculante 24):

a) O crime de descaminho exige a constituição definitiva do crédito tributário para sua tipificação.

b) Nos crimes materiais contra a ordem tributária, a ação penal só pode ser iniciada após o lançamento definitivo do tributo.

c) O pagamento do tributo após o recebimento da denúncia não extingue a punibilidade.

d) A omissão de informação ao fisco é crime formal e não depende de resultado.

e) A Lei 8.137/90 não se aplica a tributos municipais.

65. Sobre os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de "Gestão Temerária" é classificado como crime culposo.
- b) A competência para processar e julgar esses crimes é, em regra, da Justiça Estadual.
- c) O crime de "Gestão Fraudulenta" exige que o agente seja necessariamente o dono da instituição financeira.
- d) Considera-se instituição financeira a pessoa jurídica que tenha como atividade principal ou acessória a custódia de valores mobiliários.
- e) A pena é reduzida se o crime for cometido em detrimento de instituição financeira oficial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

66. Sobre os conceitos de Constituição, assinale a alternativa correta

- a) Para Carl Schmitt, Constituição corresponde à decisão política fundamental do Estado, não se confundindo com as leis constitucionais formalmente inseridas no texto.
- b) Para Hans Kelsen, a Constituição se identifica com a soma dos fatores reais de poder que regem a sociedade em determinado momento histórico.
- c) Para Ferdinand Lassalle, a Constituição válida é a norma pura, desvinculada de fatores políticos, sociais e econômicos.
- d) Para Konrad Hesse, a Constituição somente produz efeitos jurídicos quando reproduz integralmente a realidade do poder social.
- e) Para a concepção sociológica, a Constituição deve ser estudada exclusivamente como documento jurídico-formal, independentemente da vida política.

67. A respeito da classificação das constituições, assinale a alternativa correta

- a) A Constituição material é definida exclusivamente pelo procedimento solene de elaboração e reforma.
- b) A Constituição formal corresponde apenas ao conjunto de normas que tratam da estrutura do Estado e dos direitos fundamentais.
- c) A rigidez constitucional afasta a possibilidade de controle de constitucionalidade, por presumir a supremacia do legislador.
- d) A Constituição formal é definida pelo modo de posituação das normas, alcançando dispositivos inseridos no texto constitucional ainda que sem conteúdo materialmente constitucional.
- e) A Constituição dirigente é aquela que se limita a organizar poderes, sem estabelecer fins ou programas a serem perseguidos pelo Estado, não tendo conteúdo materialmente constitucional.

68. No tocante ao poder constituinte, assinale a alternativa correta

- a) O poder constituinte derivado revisor pode ser exercido a qualquer tempo, sempre que o Congresso Nacional entender conveniente.
- b) O poder constituinte decorrente é manifestação do poder originário e, por isso, não se sujeita às limitações impostas pela CF/1988.
- c) O poder constituinte decorrente é espécie de poder derivado, exercido pelos Estados na elaboração de suas constituições, limitado pela CF/1988 e pelo princípio da simetria.
- d) Os Municípios exercem poder constituinte decorrente ao elaborar suas constituições municipais.
- e) O poder constituinte originário é juridicamente subordinado à ordem constitucional anterior, da qual extrai validade.

69. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta

- a) A lei editada em momento histórico anterior à atual CF/1988 e que se mostre materialmente incompatível com seus novos preceitos configura, segundo a firme jurisprudência, um caso típico de inconstitucionalidade superveniente.
- b) A inconstitucionalidade formal decorre apenas de vício de iniciativa, jamais de desrespeito a quórum ou procedimento.
- c) A cláusula de reserva de plenário aplica-se indistintamente a juiz singular, órgão fracionário e tribunal pleno.
- d) Lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, em face da CF/1988.
- e) O órgão fracionário do tribunal não submeterá a arguição de inconstitucionalidade ao plenário ou órgão especial quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do STF sobre a questão.

70. Sobre o mandado de injunção, assinale a alternativa correta

- a) Destina-se a tornar viável o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa constitucional inviabilizada por falta de norma regulamentadora.
- b) Exige sempre a demonstração de ato comissivo e concreto da autoridade coatora, com prova exclusivamente documental.
- c) É cabível apenas em favor de pessoa natural, não admitindo impetração coletiva.
- d) Tem por objeto a proteção de direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) Uma vez reconhecida a omissão normativa, o Judiciário limita-se a comunicá-la ao órgão competente, sem adotar providência concretizadora.

71. No que diz respeito aos direitos sociais, assinale a alternativa correta

- a) Os direitos sociais possuem natureza exclusivamente programática, razão pela qual não geram pretensões judicialmente exigíveis.
- b) A reserva do possível pode ser invocada genericamente pelo Estado, independentemente de demonstração objetiva da insuficiência de recursos.
- c) O mínimo existencial limita a invocação da reserva do possível, impedindo que a escassez de recursos sirva para negar o núcleo básico da dignidade humana.
- d) A vedação ao retrocesso social impede qualquer revisão legislativa ou administrativa de política pública social, ainda que substituída por mecanismo equivalente.
- e) Os direitos sociais destinam-se apenas aos brasileiros e aos contribuintes formais da seguridade social.

72. Sobre os critérios de fixação da nacionalidade brasileira previstos no ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço de ente privado.
- b) São brasileiros naturalizados nascidos no território nacional, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu próprio país.
- c) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- d) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nação com residência por mais de dez anos ininterruptos e sem possuir condenações criminais.
- e) Aos portugueses com residência permanente no Brasil, havendo reciprocidade a favor de brasileiros, serão atribuídos os mesmos direitos do brasileiro nato.

73. Sobre os direitos políticos, assinale a alternativa correta

- a) O ordenamento constitucional permite que estrangeiros residentes no país e conscritos durante o período do serviço militar obrigatório possam alistar-se como eleitores, desde que preencham todos os requisitos legais exigidos.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, sendo facultativos para analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) Os conscritos podem candidatar-se a cargos eletivos durante o serviço militar obrigatório, desde que possuam domicílio eleitoral regular.
- d) A suspensão dos direitos políticos pode ocorrer por incapacidade civil relativa e por inadimplência tributária reiterada.
- e) As hipóteses constitucionais que determinam a perda ou a suspensão dos direitos políticos possuem natureza meramente exemplificativa, razão pela qual admitem uma interpretação ampliativa e discricionária por parte do legislador.

74. Acerca da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta

- a) A criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios realizam-se por lei federal, após consulta nacional.
- b) Os Territórios integram a federação como entes autônomos, em igualdade jurídica com Estados e Municípios.
- c) A competência comum exclui a atuação legislativa concorrente e concentra a execução administrativa na União.
- d) No federalismo brasileiro, a União é ente autônomo, e não soberano, embora represente a República Federativa do Brasil no plano internacional.
- e) A soberania é compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a repartição constitucional de competências.

75. No que se refere à intervenção federal, assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de medida excepcional, decretada pelo Presidente da República nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição, não se confundindo com intervenção militar.
- b) A União pode intervir em Município integrante de Estado sempre que houver grave crise política ou financeira local.
- c) O interventor deve ser necessariamente militar da ativa, escolhido dentre oficiais-generais.
- d) A decretação da intervenção federal depende de lei ordinária aprovada previamente pelo Congresso Nacional.
- e) As hipóteses constitucionais de intervenção federal admitem ampliação por interpretação analógica, desde que presente relevante interesse nacional.

76. Sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da legalidade administrativa autoriza o agente público a praticar todo ato não expressamente proibido em lei.
- b) A publicidade institucional pode conter nomes, símbolos e imagens que promovam autoridades, desde que a campanha tenha finalidade educativa.
- c) As autarquias integram a Administração Pública direta e podem ser criadas por decreto autônomo.
- d) A dispensa de empregado público de empresa estatal independe de motivação, em razão do regime celetista.
- e) O princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal de autoridades na publicidade estatal e impõe tratamento isonômico aos administrados.

77. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta

- a) A emenda à Constituição, após aprovada em dois turnos, depende de sanção presidencial para ingressar validamente no ordenamento.
- b) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária em qualquer hipótese, segundo entendimento consolidado do STF.
- c) No procedimento comum ordinário das leis ordinárias, a iniciativa é o ato que provoca a atuação do Poder Legislativo, dando início ao processo legislativo.
- d) A medida provisória pode versar sobre nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral, desde que haja relevância e urgência.
- e) O decreto legislativo, por traduzir deliberação do Congresso Nacional, submete-se à sanção ou ao veto do Presidente da República.

78. Sobre as funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta

- a) O Ministério Público é uma instituição que, de acordo com o texto constitucional, integra organicamente a estrutura do Poder Judiciário, uma vez que exerce atividade considerada função essencial à efetiva prestação jurisdicional do Estado.
- b) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa integral e gratuita dos necessitados.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, atua na representação judicial e extrajudicial da União, bem como dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros.
- d) A advocacia privada é atividade auxiliar, mas não indispensável à administração da justiça.

e) O Conselho Nacional do Ministério Público exerce jurisdição disciplinar típica e substitui funcionalmente os órgãos do parquet.

79. Sobre o Sistema Tributário Nacional e a repartição de receitas tributárias, assinale a alternativa correta

- a) Compete ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, bem como o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - b) Pertence aos Municípios a integralidade do produto da arrecadação do imposto territorial rural relativo aos imóveis neles situados, ainda que a fiscalização e a cobrança continuem sendo exercidas exclusivamente pela União.
 - c) Compete privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, bem como o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - d) Pertence aos Estados a totalidade do produto da arrecadação do imposto territorial rural incidente sobre imóveis localizados em seus territórios, por decorrer de competência tributária comum.
 - e) A repartição constitucional de receitas tributárias pode ser livremente alterada e reduzida mediante a edição de lei complementar federal, desde que seja garantida a preservação da autonomia financeira e administrativa de todos os Municípios brasileiros envolvidos.
-

80. Sobre o orçamento público e as finanças públicas, assinale a alternativa correta

- a) A lei orçamentária anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- b) O plano plurianual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias poderá ser dispensada, desde que a lei orçamentária anual contenha regras sobre metas e prioridades da administração pública.
- d) A lei orçamentária anual poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, inclusive quanto à criação de tributos e à instituição de sanções administrativas.
- e) Os créditos extraordinários destinam-se a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

FLUÊNCIA EM DADOS - TÓPICOS: I.1, I.2

Fernando Pedrosa

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

81. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** é considerada um Valor do Extreme Programming:

- a) Comunicação
- b) Respeito
- c) Feedback
- d) Coragem
- e) Confiabilidade

82. Sobre a teoria da complexidade (Cynefin) na qual se baseia o Scrum, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A proposta central é classificar problemas em cinco domínios diferentes: 1) Óbvio/Simples; 2) Complicado; 3) Complexo; 4) Caótico e 5) Desordem.
- b) Um domínio simples é aquele em que o relacionamento entre causa e efeito é óbvio para todos.
- c) Um domínio em desordem é aquele em que não há relacionamento entre causa e efeito perceptível.
- d) No domínio complicado, o relacionamento entre causa e efeito requer análise ou alguma outra forma de investigação ou, ainda, a aplicação de conhecimento especializado, mas não há muitas mudanças.
- e) O domínio complexo é aquele onde o relacionamento entre causa e efeito só pode ser percebido retrospectivamente.

83. Sobre as práticas do Extreme Programming assinale o item correto.

- a) Na prática de refatoração, o código deve ser constantemente melhorado, tornando-o mais simples e mais genérico, e possivelmente modificando o seu comportamento observável (especificação de entradas e saídas).
- b) Na programação em pares, os programadores se revezam em máquinas diferentes com o objetivo de agilizar o desenvolvimento.
- c) A propriedade coletiva do código prega que qualquer desenvolvedor está autorizada a realizar mudanças em qualquer parte do código.
- d) A prática de reunião em pé consiste em reuniões semanais para fazer a retrospectiva do trabalho realizado no período.
- e) No desenvolvimento orientado a testes, recomenda-se uma equipe de testes dedicada, pois assim evita-se que o próprio programador realize os testes daquilo que ele desenvolveu.

84. Sobre características de metodologias ágeis, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Priorizam os riscos gerais do projeto, mas focam principalmente nos riscos das próximas iterações.
- b) Possuem profissionais com papéis claros e bem definidos, geralmente liderados por um gerente de projeto conforme o plano estabelecido.
- c) Definem um tempo de entrega fixo (deadline), podendo ter custo e escopo variáveis.
- d) Consideram que as mudanças são bem-vindas, mas evitam mudar o escopo da iteração em andamento.
- e) Realizam um planejamento de alto nível no início do projeto e os detalhes são realizados durante o projeto.

85. Sobre conceitos fundamentais de Scrum, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Scrum é um Framework ágil, simples e leve, para a gestão do desenvolvimento de produtos complexos.
- b) É Iterativo e incremental, entrega valor com frequência e reduzindo os riscos do projeto.
- c) Baseia-se no empirismo, isto é, nas experiências práticas de desenvolvimento.
- d) É prescritivo, isto é, estabelece um conjunto de práticas sobre como executar as tarefas de desenvolvimento de software.
- e) Pode ser aplicado na gestão de produtos em geral, não se atendo apenas a produtos de software.

FLUÊNCIA EM DADOS - DEMAIS TÓPICOS

Emannuelle Gouveia

86. Uma planilha registra vendas com as colunas Produto, Região e Valor. O analista precisa somar apenas os valores das vendas do Produto "A" realizadas na Região "Sul".

- a) =SOMA(SE(Produto="A";Região="Sul";Valor))
- b) =CONT.SES(Produto;"A";Região;"Sul";Valor)

c) =PROCV("A";Tabela;3;FALSO)

d) =SOMASES(Valor;Produto;"A";Região;"Sul")

e) =ÚNICO(Produto;Região;"Sul")

87. Uma planilha contém uma coluna Código utilizada para buscar informações em outra tabela. Em alguns casos, o valor pesquisado não é encontrado, gerando erro na fórmula de busca. Para evitar que o erro seja exibido ao usuário, o analista decide tratar esse resultado diretamente na fórmula.

- a) Utilizar a função ÚNICO para eliminar automaticamente valores inexistentes na tabela de busca.
- b) Utilizar a função CONT.SES para substituir resultados de erro por valores válidos.
- c) Utilizar a função SOMASES para recalcular automaticamente os valores não encontrados.
- d) Utilizar a função SEERRO envolvendo a função de busca, permitindo retornar um valor alternativo quando ocorrer erro.
- e) Utilizar a função OU para impedir que a função de busca retorne valores inválidos.

88. No contexto de Business Intelligence, o uso de ferramentas analíticas permite transformar dados operacionais em informações úteis à gestão.

- a) O processo de BI consiste apenas na coleta de dados, sendo a análise realizada exclusivamente pelos sistemas transacionais.
- b) Em BI, dados coletados de diferentes fontes são organizados e analisados para gerar relatórios e dashboards que apoiam decisões gerenciais.
- c) Ferramentas como Power BI são utilizadas exclusivamente para armazenamento de dados corporativos.
- d) O compartilhamento de informações não faz parte do processo de BI, pois os resultados analíticos devem permanecer restritos à área de TI.
- e) Relatórios analíticos em BI têm como objetivo substituir completamente os bancos de dados utilizados pela organização.

89. Em um projeto de Business Intelligence, uma organização estruturou um fluxo de descoberta de informações que envolve coleta de dados operacionais, transformação e consolidação em um ambiente analítico, análise por meio de ferramentas de BI e apresentação de indicadores em relatórios gerenciais para apoio à decisão.

- a) Indicadores de desempenho (KPIs) correspondem apenas a dados brutos coletados dos sistemas operacionais, sem necessidade de tratamento ou contextualização analítica.
- b) O processo de descoberta de informações ocorre apenas na etapa de visualização, pois a análise e transformação dos dados são realizadas automaticamente pelas ferramentas de BI.
- c) KPIs representam métricas estratégicas associadas a objetivos organizacionais, permitindo monitorar desempenho e orientar decisões gerenciais.
- d) Métricas financeiras e fiscais são utilizadas exclusivamente para fins contábeis, não sendo aplicáveis à análise de desempenho organizacional.
- e) O processo de BI elimina a necessidade de transformação de dados, pois os dados coletados podem ser utilizados diretamente na geração de indicadores.

90. Em projetos de IA/ML, diferentes abordagens de aprendizado são utilizadas conforme o objetivo analítico.

- a) Modelos supervisionados são utilizados quando não existem rótulos nos dados, sendo aplicados principalmente em tarefas de agrupamento.
- b) Modelos não supervisionados dependem de dados rotulados para identificar padrões previamente definidos pelo analista.
- c) Modelos supervisionados aprendem relações entre variáveis de entrada e um rótulo conhecido, sendo comuns em tarefas de classificação e regressão.
- d) Modelos não supervisionados são utilizados exclusivamente para prever valores futuros com base em séries temporais.

e) Modelos supervisionados e não supervisionados possuem o mesmo objetivo analítico, diferenciando-se apenas pela ferramenta computacional utilizada.

91. Durante a avaliação de um modelo de classificação, um analista observou desempenho muito alto no conjunto de treinamento, mas desempenho significativamente inferior em dados novos. Nesse contexto, métricas como precisão, recall, F1-score e análise da curva ROC são utilizadas para avaliar o comportamento do modelo.

- a) Overfitting ocorre quando o modelo apresenta baixo desempenho tanto no conjunto de treinamento quanto no conjunto de teste.
- b) Precisão (precision) mede a proporção de exemplos positivos reais corretamente identificados entre todos os positivos existentes na base.
- c) Recall mede a proporção de previsões corretas considerando todas as previsões realizadas pelo modelo.
- d) O F1-score corresponde à média aritmética entre precisão e recall.
- e) Overfitting ocorre quando o modelo se ajusta excessivamente aos dados de treinamento, capturando inclusive ruídos e reduzindo sua capacidade de generalização para novos dados.

92. Um pipeline de dados organiza etapas automatizadas para mover e preparar dados desde sua origem até o ambiente de análise.

- a) Um pipeline de dados normalmente envolve etapas como ingestão, transformação e disponibilização dos dados para consumo analítico.
- b) Pipelines de dados são utilizados exclusivamente para armazenamento permanente de dados brutos, sem qualquer etapa de processamento.
- c) A execução de pipelines elimina a necessidade de validação ou controle de qualidade dos dados processados.
- d) Pipelines de dados são utilizados apenas em ambientes de bancos de dados transacionais, não em sistemas analíticos.
- e) A construção de pipelines impede a integração de dados provenientes de múltiplas fontes.

93. Em arquitetura de dados, pipelines são utilizados para automatizar o fluxo de ingestão, transformação e disponibilização de dados para consumo analítico.

- a) Um pipeline de dados elimina a necessidade de transformação, pois os dados são utilizados diretamente em seu formato original nos sistemas analíticos.
- b) Orquestração de pipelines refere-se apenas ao armazenamento de dados em bancos analíticos após a etapa de ingestão.
- c) O processo ETL consiste apenas na extração de dados de sistemas operacionais e seu carregamento direto em ferramentas de visualização.
- d) Integração de dados em pipelines ocorre somente quando os dados possuem exatamente o mesmo formato e estrutura nas fontes de origem.
- e) Em pipelines de dados, a orquestração coordena a execução e a dependência entre etapas de ingestão, transformação e carga, garantindo que o fluxo ETL ocorra de forma automatizada e controlada.

94. Uma base de dados utilizada em análise contém registros com campos ausentes e também linhas repetidas. Antes da construção de modelos ou geração de relatórios analíticos, o analista decide realizar etapas de preparação dos dados.

- a) Valores faltantes devem ser sempre substituídos por zero, independentemente do contexto do dado ou da variável analisada.
- b) O tratamento de valores faltantes e duplicados é uma etapa de qualidade de dados que busca evitar distorções estatísticas e inconsistências nas análises.
- c) Registros duplicados não afetam análises quantitativas, pois representam apenas repetição de informação já existente.
- d) A presença de valores faltantes impede qualquer tipo de análise de dados, sendo obrigatória a exclusão completa do conjunto de dados.
- e) Dados duplicados são úteis para aumentar artificialmente o tamanho da amostra e melhorar a precisão de modelos analíticos.

95. A arquitetura de Big Data organiza componentes responsáveis pela ingestão, armazenamento e processamento de grandes volumes de dados provenientes de múltiplas fontes.

- a) Em arquiteturas de Big Data, diferentes camadas são utilizadas para ingestão, armazenamento distribuído e processamento paralelo dos dados.
 - b) Arquiteturas de Big Data utilizam apenas bancos de dados relacionais centralizados para armazenar grandes volumes de dados.
 - c) O processamento em ambientes de Big Data ocorre de forma sequencial em um único servidor para garantir consistência dos dados.
 - d) Sistemas de Big Data eliminam a necessidade de integração de dados provenientes de múltiplas fontes.
 - e) O conceito de Big Data restringe-se exclusivamente ao armazenamento de dados estruturados em planilhas corporativas.
-

96. Uma organização precisa processar grandes volumes de dados provenientes de sensores, sistemas transacionais e registros de navegação. Para suportar esse cenário, foi adotada uma arquitetura de Big Data com armazenamento distribuído e processamento paralelo.

- a) Em arquiteturas de Big Data, os dados precisam ser previamente estruturados em modelo relacional antes de serem armazenados em sistemas distribuídos.
- b) A escalabilidade em ambientes de Big Data ocorre principalmente pelo aumento da capacidade de um único servidor central.
- c) Arquiteturas de Big Data permitem escalabilidade horizontal, adicionando novos nós ao cluster para ampliar capacidade de armazenamento e processamento.
- d) O processamento em arquiteturas de Big Data é necessariamente sequencial para garantir integridade dos dados.
- e) Plataformas de Big Data são utilizadas apenas para armazenamento de dados históricos, sem suporte a processamento analítico.

97. Em bancos de dados relacionais, o modelo de dados utiliza chaves e relacionamentos para garantir integridade e organização das informações.

- a) A chave estrangeira (FK) é responsável por identificar unicamente cada registro dentro da própria tabela onde está definida.
- b) Tipos de dados em uma tabela têm função apenas de organização visual dos campos, não influenciando armazenamento ou validação de valores.
- c) O relacionamento entre tabelas ocorre apenas por meio da igualdade entre nomes de colunas, independentemente de chaves definidas.
- d) Uma chave estrangeira estabelece um vínculo entre tabelas ao referenciar a chave primária de outra tabela, contribuindo para a integridade referencial.

e) A chave primária pode conter valores repetidos desde que pertençam a registros diferentes.

98. Uma tabela Vendas possui os campos Produto, Região e Valor. O analista precisa gerar uma consulta que apresente cada produto e o total de vendas associado a ele, considerando apenas registros cujo valor seja maior que zero.

- a) `SELECT Produto, SUM(Valor) FROM Vendas WHERE Valor > 0 GROUP BY Produto;`
- b) `SELECT Produto, SUM(Valor) FROM Vendas GROUP BY Valor;`
- c) `SELECT SUM(Valor) FROM Vendas WHERE Produto GROUP BY Produto;`
- d) `SELECT Produto, Valor FROM Vendas ORDER BY SUM(Valor);`
- e) `SELECT Produto, COUNT(Valor) FROM Vendas WHERE Valor > 0;`

99. Considere o seguinte trecho de código em Python:

```
dados = [10, 15, 20, 25, 30]
resultado = [x for x in dados if x % 10 == 0]
print(len(resultado))
```

- a) O código gera erro, pois listas não podem ser percorridas em expressões condicionais.
- b) O código imprime 3, pois filtra os valores divisíveis por 10 e conta quantos elementos atendem à condição.
- c) O código imprime 5, pois todos os valores da lista são mantidos após o filtro.
- d) O código imprime 2, pois apenas dois valores da lista são múltiplos de 10.
- e) O código retorna uma lista vazia, pois a condição `x % 10 == 0` não é válida em Python.

100. Considere as características da linguagem de programação Python amplamente utilizadas em aplicações de ciência de dados, automação e desenvolvimento de software.

- a) Python exige declaração explícita de tipo para todas as variáveis antes de sua utilização.
- b) Python é uma linguagem compilada estaticamente, na qual todo o código precisa ser traduzido para código de máquina antes da execução.
- c) Python não suporta programação orientada a objetos, sendo voltada apenas para scripts procedurais.
- d) Python é uma linguagem interpretada, de tipagem dinâmica e com sintaxe voltada à legibilidade do código.
- e) Python impede o uso de bibliotecas externas, limitando o desenvolvimento apenas aos recursos nativos da linguagem.

- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

102. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II-) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

101. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.

103. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a União realiza suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

104. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, tendo por base a Legislação pertinente, e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) É inconstitucional a eleição do credor fiduciário como contribuinte ou responsável tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidente sobre veículo alienado fiduciariamente, ressalvada a hipótese da consolidação de sua propriedade plena sobre o bem.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.

c) I e II.

d) I, II e III.

e) I.

105. Em relação ao Imposto sobre transmissão causa mortis e doação - ITCMD, segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.
- b) Sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante, com a homologação do juiz, não incide o imposto de transmissão "causa mortis."
- c) É legítima a escolha do valor do monte-mor como base de cálculo da taxa judiciária.
- d) É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.
- e) No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas.

106. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) É inconstitucional a inclusão da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

II-) É devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins pagas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida.

III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

107. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição em contrário, a moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- b) A moratória de caráter geral será concedida por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- c) A concessão da moratória em caráter geral não gera direito adquirido ao sujeito passivo.

d) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

e) A moratória exclui a exigibilidade do crédito tributário, mas não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo.

108. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) Constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.

II-) É cabível o creditamento de ICMS referente à aquisição de materiais (produtos intermediários) empregados no processo produtivo, incluindo os consumidos ou desgastados gradativamente, desde que comprovada sua essencialidade em relação à atividade-fim da empresa.

III-) É ilícito ao comerciante, ainda que demonstre boa-fé, aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, mesmo que seja demonstrada a veracidade da compra e venda.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

109. O Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN traz a norma conhecida popularmente como “norma geral antielisão”, afirmando que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. Sobre este assunto, e conforme o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Na Elisão Fiscal há ocultação do fato gerador por parte do sujeito passivo, havendo sonegação fiscal.
- b) Na Evasão Fiscal o contribuinte utiliza um meio permitido na legislação com o objetivo de pagar menos tributos.
- c) A denominação “norma antielisão” é de ser tida como inapropriada, cuidando o dispositivo de questão de norma de combate à evasão fiscal.
- d) A referida norma é autoaplicável, não dependendo de regulamentação por lei ordinária.
- e) A norma viola a Constituição ao ferir o Princípio da Legalidade.

110. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II-) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-cotista.
- III-) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) III.

111. A Indústria ABCXY Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2025, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2025. Ocorre que somente no dia 12/06/2025 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$450.000,00, e efetuou o pagamento de R\$320.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para a Fazenda cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

112. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, inclusive aqueles que não são de escrituração obrigatória, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

113. Conforme dispõe o CTN a respeito das garantias e privilégios do crédito tributário assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de o devedor tributário, ainda que não devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos.
- b) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- c) São quirografários os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) Não se considera presunção de fraude a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito em dívida ativa, ainda que não existam bens e rendas suficientes reservados ao total pagamento da dívida inscrita.

e) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, excetuados unicamente os bens e rendas que possuam cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

114. Conforme prevê a Constituição Federal, o Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Poderá ser objeto de concessão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- b) Lei complementar fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- c) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.
- d) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- e) Sempre terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

115. A Reforma Tributária, viabilizada por meio da Emenda Constitucional 132/2023, trouxe diversas inovações ao Ordenamento Jurídico Nacional. Em relação aos impostos, houve a inclusão de mais um imposto à competência da União, o Imposto Seletivo, também chamado de “imposto do pecado”. De acordo com o texto Constitucional, é característica do Imposto Seletivo, exceto:

- a) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- b) não integrará sua própria base de cálculo.
- c) não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica, com derivados do petróleo e com telecomunicações.
- d) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- e) terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem.

116. Conforme dispõe a Constituição Federal, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços

I-) entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

II-) será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo.

III-) terá o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

117. As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos:

- a) Em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes; e de representantes dos Municípios e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.
- b) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria simples de seus representantes; e de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria simples de seus representantes.
- c) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes, ou de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.
- d) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes; e de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.
- e) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

118. Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IS – Imposto Seletivo, **exceto**:

- a) Não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) Incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) Poderá ter o mesmo fato gerador de outros tributos.
- d) Poderá ter a mesma base de cálculo de outros tributos.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar.

119. Conforme prevê a Constituição Federal, cabe a quem processar e julgar, originariamente, no caso de conflito entre um ente federativo e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços?

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Senado Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

120. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir:

- I-) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- II-) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da neutralidade e da defesa do meio ambiente.

III-) As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

121. Em relação ao Cashback do IBS e CBS, assinale a alternativa correta:

- a) Lei ordinária sobre as hipóteses de devolução do IBS a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.
- b) O destinatário das devoluções será aquele responsável por unidade familiar de família de baixa renda cadastrada no Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo nacional.
- c) O percentual de cashback será de 100% para a CBS e 100% para o IBS nas operações de fornecimento domiciliar de energia elétrica e abastecimento de água.
- d) O percentual de cashback será de 20% para a CBS e 20% para o IBS nas operações de fornecimento de telecomunicações.
- e) O beneficiário do cashback poderá residir fora do território nacional, desde que cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

122. Conforme a LC 214, de 2025, o IBS incide sobre diversas situações, exceto:

- a) Locação.
- b) Doação com contraprestação em benefício do doador.
- c) Instituição onerosa de direitos reais.
- d) Permuta.
- e) Fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego com o contribuinte.

123. No caso de doações sem contraprestação em benefício do doador, que apresentem por objeto bens ou serviços que tenham permitido a apropriação de créditos pelo doador, deve ser adotado qual procedimento contábil, em relação aos créditos de IBS?

- a) A doação, em qualquer caso, deverá ser tributada com base no valor de mercado do bem ou serviço doado.
- b) A doação será tributada com base no valor de mercado do bem ou serviço doado ou, por opção do contribuinte, os créditos serão anulados.
- c) A doação não será tributada pelo contribuinte ou, por opção, os créditos serão anulados.
- d) É vedada a tributação desta doação.
- e) O crédito deverá ser estornado.

124. Considerando a Lei Complementar 214/2025, em qual momento é considerado ocorrido o Fato Gerador do IBS no caso de prestação de serviço de transporte de carga quando iniciado no exterior?

- a) No momento do pagamento do serviço.
- b) No momento do início do transporte.
- c) No momento do término do transporte.
- d) No momento que se torna exigível a parte da contraprestação.
- e) No momento do fornecimento do serviço.

125. Segundo prevê a LC 214/25, qual o local da operação para fins de incidência do IBS, no caso de aquisição em licitação de bem móvel material apreendido ou abandonado?

- a) No local do estabelecimento do arrematante.
- b) No local onde se encontra o bem.
- c) No local da apreensão ou abandono.
- d) No local em que ocorrer a licitação.
- e) No local da futura saída tributada.

126. Segundo a LC 214 de 2025, integra a Base de Cálculo do IBS, exceto:

- a) Acréscimos decorrentes de ajuste do valor da operação.
- b) O montante da Contribuição para o PIS/Pasep.
- c) Juros, multas, acréscimos e encargos.
- d) Demais importâncias cobradas ou recebidas como parte do valor da operação, inclusive seguros e taxas.
- e) Valor do transporte cobrado como parte do valor da operação, no transporte efetuado pelo próprio fornecedor ou no transporte por sua conta e ordem.

127. Julgue os itens a seguir de acordo com a previsão da LC 214/25:

- I- Ao fixar sua alíquota de IBS, cada ente federativo poderá vinculá-la à alíquota de referência da respectiva esfera federativa, por meio de acréscimo ou decréscimo de pontos percentuais.
- II- As alíquotas de referência serão fixadas por meio de Lei Complementar.
- III- Não é considerado contribuinte do IBS o produtor rural que auferir receita inferior a R\$ 3.600.000,00 no ano-calendário.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e II, apenas.

128. Sobre o Regime de Apuração do IBS e CBS previsto na LC 214/2025, analise as afirmativas:

- I. Os optantes pelo Simples Nacional poderão exercer a opção de apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular, hipótese na qual o IBS e a CBS serão apurados e recolhidos nos mesmos moldes que as empresas não optantes pelo Regime Simplificado.
- II. No caso de empresa com diversos estabelecimentos, o pagamento do IBS e da CBS e o pedido de ressarcimento serão centralizados em um único estabelecimento.
- III. No caso de apuração assistida, caso o contribuinte a confirme ou nela realize ajustes, implicará confissão de dívida e constituição do crédito tributário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

129. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

- I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.
- II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.
- III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá

independência técnica, administrativa, política e orçamentária.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

130. Em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, a Lei Complementar 214/2025 estabelece regras específicas para operações de execução continuada ou fracionada em que não seja possível identificar o momento exato de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço. Nesses casos, como os de fornecimento de água ou energia elétrica, o fato gerador considera-se ocorrido no momento em que:

- a) O contrato de fornecimento é assinado entre as partes.
- b) O pagamento se torna devido.
- c) A medição do consumo é realizada.
- d) O serviço é efetivamente consumido pelo destinatário.
- e) A fatura é emitida pela empresa fornecedora.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ*Eduardo da Rocha*

131. No âmbito do ICMS, a concessão de benefícios fiscais sempre foi tema sensível em razão do risco de competição tributária entre os Estados. A legislação estabeleceu regras específicas para uniformizar a concessão desses tratamentos favorecidos. Com base na LC 24/75, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as isenções do ICMS dependem de convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal, podendo outros benefícios fiscais serem concedidos unilateralmente por cada ente federado.
- b) A redução de base de cálculo e a concessão de créditos presumidos não se submetem ao regime de convênios previsto na LC 24/75, pois não configuram tecnicamente isenção.
- c) A devolução do tributo ao contribuinte somente se sujeita à disciplina da LC 24/75 quando for integral e incondicionada.
- d) Incentivos ou favores fiscais que resultem em redução indireta do ônus do ICMS também dependem de convênio celebrado e ratificado pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- e) As prorrogações de isenções existentes à época da edição da LC 24/75 podem ser realizadas livremente pelos Estados, por se tratar de mera continuidade de benefício já concedido

132. No contexto da convalidação dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS concedidos sem observância do regime de convênios, a legislação passou a permitir que os Estados e o Distrito Federal deliberem, mediante convênio celebrado nos termos da LC 160/17, sobre determinadas providências relativas a esses incentivos. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa correta:

- a) O convênio poderá ser aprovado com o voto favorável da maioria absoluta das unidades

federadas, desde que haja aprovação de pelo menos duas regiões do País.

- b) O convênio dependerá de aprovação unânime das unidades federadas, em razão do princípio da autonomia dos Estados.
- c) O convênio poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas e de um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País.
- d) O convênio poderá ser aprovado com o voto favorável de dois terços das unidades federadas, sendo dispensada qualquer exigência relacionada à distribuição regional dos votos.
- e) O convênio poderá ser aprovado com o voto favorável de metade das unidades federadas, desde que posteriormente ratificado por decreto de cada Estado interessado

133. Com base na Lei nº 10.311/23, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH), assinale a alternativa correta:

- a) A utilização de recurso hídrico para abastecimento residencial é tributada normalmente pela TFRH, admitindo-se apenas redução de alíquota em regulamento.
- b) A utilização de recurso hídrico em pequeno volume é tributada, podendo ser objeto de restituição posterior.
- c) O valor da TFRH corresponde a 0,3 da UPF-PA por metro cúbico de recurso hídrico utilizado nas hipóteses de aproveitamento hidroenergético.
- d) A utilização de recursos hídricos para fins de aproveitamento hidroenergético sujeita-se à TFRH calculada à razão de 0,05 da UPF-PA por 1.000 m³ de recurso hídrico utilizado.
- e) A lei estabelece que toda utilização de recurso hídrico por atividade econômica é isenta da TFRH, cabendo ao regulamento definir a forma de controle

134. A Taxa instituída pela Lei nº 8.455/16 possui regras específicas quanto ao momento do pagamento, prazos nas hipóteses de renovação e aplicação de penalidades pelo descumprimento de obrigações tributárias. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa correta:

- a) A Taxa deverá ser paga após a ocorrência do fato gerador.
- b) Quando a Taxa for devida mensalmente em razão de renovação, o recolhimento deverá ocorrer até o último dia útil do mês objeto da cobrança.
- c) Na hipótese de exigência anual, o contribuinte novo deverá recolher integralmente a Taxa relativa a todo o exercício financeiro, ainda que passe a se sujeitar ao poder de polícia no decorrer do ano.
- d) O contribuinte que deixar de recolher a Taxa no prazo legal ficará sujeito à multa correspondente a 50% do valor da Taxa não recolhida, total ou parcialmente.
- e) O descumprimento de obrigação acessória somente autoriza a aplicação de advertência, sendo vedada a imposição de multa

135. A locadora de veículos Boa Rota Rent a Car Ltda., estabelecida no Estado X, ampliou recentemente sua frota. Em janeiro, a empresa passou a utilizar três veículos em situações distintas: adquiriu um veículo novo para locação no Estado, trouxe um veículo usado que estava registrado anteriormente em outro Estado e manteve em sua frota um veículo usado já inscrito no cadastro estadual. Além disso, um veículo que gozava de isenção deixou de cumprir as condições exigidas para o benefício. Com base na legislação do IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IPVA, em relação a todos os veículos da locadora, ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano.
- b) No caso do veículo novo adquirido para integrar a frota destinada à locação no Estado, o fato gerador ocorre na data da primeira locação realizada ao cliente.

c) Em relação ao veículo usado anteriormente registrado em outro Estado, o fato gerador ocorre na data em que ele for efetivamente vendido a consumidor final no território estadual.

d) A perda das condições de isenção impede a incidência do IPVA até o exercício seguinte, quando então ocorrerá novo fato gerador.

e) O veículo usado já inscrito no cadastro estadual terá o fato gerador ocorrido no dia 1º de janeiro de cada ano.

136. A lei do IPVA paraense estabelece critérios específicos para definição do domicílio tributário do proprietário do veículo, especialmente quando se tratar de pessoa natural com múltiplas residências ou quando houver dificuldade de identificação do local efetivo de vinculação. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se domicílio tributário da pessoa natural o endereço constante do cadastro do veículo perante o órgão de trânsito.

b) Caso a residência habitual da pessoa natural seja incerta ou desconhecida, será considerado domicílio tributário o local de nascimento do proprietário.

c) Se a pessoa natural possuir múltiplas residências, será considerado domicílio tributário o local onde o veículo permanecer guardado durante a maior parte do tempo.

d) Na impossibilidade de identificação do domicílio tributário com base nos critérios legais, a autoridade administrativa poderá fixá-lo com base em informações constantes de cadastros de órgãos públicos ou entidades privadas.

e) Havendo múltiplas residências, presume-se como domicílio tributário o local onde o proprietário possuir maior patrimônio imobiliário

137. A legislação do IPVA estabelece alíquotas diferenciadas conforme o tipo de veículo e a finalidade de sua utilização. Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta:

- a) As aeronaves e embarcações, independentemente da finalidade de uso, sujeitam-se à alíquota de 2,5%.
- b) Os automóveis destinados à locação, quando pertencentes a empresas locadoras estabelecidas no Estado, sujeitam-se à alíquota de 1%, desde que cumpridas as condições dispostas em regulamento.
- c) Caminhões e ônibus estão sujeitos à alíquota de 0,5%.
- d) As embarcações recreativas e esportivas sujeitam-se à alíquota de 0,5%.
- e) As motocicletas sujeitam-se à alíquota de 2,5%

138. A legislação do IPVA estabelece mecanismos que vinculam a regularidade fiscal do veículo à prática de diversos atos perante o órgão de trânsito, buscando assegurar a arrecadação e o controle do imposto. Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto é vinculado ao veículo, não se exigindo novo pagamento no mesmo exercício quando já tiver sido quitado, ainda que ocorra transferência de outra unidade da Federação.
- b) A comprovação do pagamento do IPVA é exigida para o registro inicial do veículo, não sendo necessária em casos de vistoria ou renovação.
- c) O sujeito passivo com débito de IPVA poderá alienar o veículo, desde que comunique previamente ao órgão de trânsito.
- d) A existência de débito de IPVA impede a transferência do veículo para outro Estado, não afetando a possibilidade de oneração.
- e) O veículo poderá ser matriculado sem prova de pagamento do imposto sempre que o contribuinte alegar dificuldades financeiras devidamente comprovadas perante o Fisco

139. A ocorrência do fato gerador do ICMS depende da verificação de situações específicas previstas em lei, envolvendo circulação jurídica de mercadorias, prestações de serviços e determinadas entradas no território estadual. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) Não ocorre o fato gerador do ICMS na saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, salvo quando destinada a consumidor final.
- b) Considera-se ocorrido o fato gerador na prestação onerosa de serviços de comunicação, inclusive quando realizada por meio de geração, transmissão ou retransmissão de sinais.
- c) A entrada de combustíveis derivados de petróleo oriundos de outro Estado configura fato gerador do ICMS quando destinados à comercialização ou industrialização.
- d) A saída de mercadoria para outro estabelecimento pertencente ao mesmo titular configura fato gerador do ICMS.
- e) A aquisição de mercadoria importada apreendida em licitação pública não configura fato gerador do ICMS, por inexistir operação mercantil típica

140. A base de cálculo do ICMS pode ser composta por diversos valores vinculados à operação, havendo também hipóteses expressas de exclusão previstas na legislação. Com base na Lei nº 5.530/89, analise as afirmativas abaixo:

- I. O montante do próprio ICMS integra a base de cálculo do imposto, sendo o destaque no documento fiscal mera indicação para fins de controle.
- II. O valor do IPI integra a base de cálculo do ICMS quando a operação ocorrer entre contribuintes e o produto for destinado à industrialização ou comercialização.
- III. O valor da demanda de potência não utilizada não integra a base de cálculo do ICMS na hipótese de fornecimento de energia elétrica por demanda contratada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

141. A legislação do ICMS disciplina tanto a possibilidade de recomposição da conta gráfica pelo contribuinte quanto as hipóteses em que se impõe o estorno de créditos anteriormente apropriados. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) O contribuinte poderá recompor sua conta gráfica mesmo estando sob ação fiscal, desde que o erro não tenha resultado em recolhimento em atraso do imposto.
- b) A apropriação extemporânea de crédito pode ser realizada independentemente de qualquer comunicação à repartição fazendária competente.
- c) O contribuinte deverá estornar o crédito do imposto quando a mercadoria vier a ser utilizada em finalidade alheia à atividade do estabelecimento.

d) O perecimento ou extravio da mercadoria não interfere no direito ao crédito do ICMS já apropriado.

e) A recomposição da conta gráfica somente é admitida quando resultar em aumento do valor do imposto a recolher

142. A inscrição no cadastro estadual do ICMS é instrumento essencial para o controle fiscal das atividades econômicas, permitindo à administração tributária acompanhar a atuação dos contribuintes. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa que produza mercadorias em propriedade alheia somente estará obrigada à inscrição no cadastro estadual se promover a saída das mercadorias em nome do proprietário do imóvel.
- b) A inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS poderá ser requerida após o início das atividades do estabelecimento, desde que dentro do mesmo exercício financeiro.
- c) A imunidade, a não incidência ou a isenção dispensam o contribuinte da obrigação de se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- d) O estabelecimento rural situado em território de mais de um município deverá manter inscrição em todos os municípios onde houver área produtiva.
- e) O contribuinte é considerado jurisdicionado no município onde estiver localizada a sede da propriedade rural quando o imóvel abranger mais de um município

143. A legislação tributária impõe ao contribuinte deveres formais relevantes relacionados à guarda, conservação e apresentação de livros e documentos fiscais. Essas obrigações visam assegurar a efetividade da fiscalização e a correta constituição do crédito tributário, inclusive em situações envolvendo processos administrativos ou judiciais ainda não definitivamente julgados. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) Os livros e documentos fiscais devem ser conservados pelo prazo mínimo de 3 anos, salvo quando houver determinação específica da autoridade fiscal.
- b) Os livros e documentos fiscais somente podem ser retirados do estabelecimento mediante autorização judicial.
- c) A guarda de livros fiscais por profissional contabilista é vedada, devendo permanecer obrigatoriamente no estabelecimento do contribuinte.
- d) Os livros e documentos fiscais relacionados a processo pendente devem ser conservados até o término do prazo de 5 anos contado da emissão.
- e) Presume-se retirado do estabelecimento o livro que não for exibido ao Fisco quando solicitado

144. No âmbito do ICMS, a definição de estabelecimento possui grande relevância para fins de identificação do sujeito passivo, delimitação de obrigações acessórias e determinação da autonomia operacional das unidades pertencentes ao mesmo titular. A legislação também prevê hipóteses específicas em que veículos podem ser considerados estabelecimentos autônomos. Com base no RICMS-PA, analise as afirmativas abaixo:

- I. Considera-se estabelecimento qualquer local, próprio ou de terceiro, ainda que destinado apenas ao armazenamento de mercadorias relacionadas à atividade do contribuinte.
- II. Cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo.

III. Veículos utilizados em comércio ambulante serão considerados extensão de estabelecimento fixo, ainda que a atividade seja exercida sem qualquer vinculação com unidade previamente inscrita.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

145. O regime de aproveitamento e transferência de crédito acumulado do ICMS permite ao contribuinte utilizar esses valores em diferentes hipóteses, observadas as condições previstas na legislação estadual. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito acumulado somente pode ser utilizado para compensação com o imposto devido pelo próprio estabelecimento onde foi gerado, sendo vedada sua transferência.
- b) O crédito acumulado poderá ser transferido a empresa situada neste Estado para pagamento de aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, observado o limite de 20% do valor da operação.
- c) O crédito acumulado não pode ser utilizado para quitação de débitos inscritos em dívida ativa, por se tratar de fase judicial de cobrança.
- d) A utilização do crédito acumulado para pagamento de diferencial de alíquotas nas aquisições interestaduais depende de autorização judicial específica.
- e) O reconhecimento do crédito acumulado prescinde de verificação fiscal, bastando a declaração do contribuinte em sua escrituração

146. A legislação do ICMS prevê mecanismos de postergação do pagamento do imposto, como a suspensão e o diferimento, cada qual com efeitos próprios quanto à exigência e à responsabilidade tributária. Com base no RICMS-PA, analise as afirmativas abaixo:

- I. Na suspensão do ICMS, há transferência da responsabilidade pelo recolhimento do imposto para o adquirente da mercadoria.
- II. O diferimento consiste na postergação do recolhimento do imposto para evento futuro indicado na legislação, com transferência da responsabilidade para o contribuinte que promover tal evento.
- III. A suspensão relativa à circulação de mercadorias alcança a prestação de serviço de transporte vinculada à operação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

147. A apreensão de mercadorias pela fiscalização pode gerar efeitos relevantes quanto à sua destinação, possibilidade de liberação pelo interessado e caracterização de abandono. A legislação prevê hipóteses específicas tanto para bens de fácil deterioração quanto para aqueles não liberados dentro de determinado prazo. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) Mercadorias apreendidas somente serão consideradas abandonadas após decisão administrativa definitiva no processo fiscal correspondente.
- b) A liberação de mercadorias apreendidas poderá ocorrer a qualquer tempo, independentemente de depósito ou garantia do crédito tributário.
- c) Mercadorias de fácil deterioração poderão ser consideradas abandonadas antes do prazo de 90

dias, caso não seja providenciada sua liberação no prazo fixado pela autoridade fiscal.

- d) Uma vez consideradas abandonadas, as mercadorias poderão ser leiloadas, sendo vedada sua doação ou utilização pelo poder público.
- e) Após a caracterização do abandono, não será mais possível a liberação das mercadorias

148. No processo administrativo tributário, a disciplina das nulidades busca equilibrar a legalidade dos atos praticados pela Administração com a efetividade e economia processual, evitando a anulação desnecessária de procedimentos. Com base no RICMS-PA, analise as afirmativas abaixo:

- I. São nulos os atos lavrados por pessoa incompetente, bem como decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.
- II. A nulidade de um ato atinge todos os atos posteriores do processo administrativo, ainda que não guardem relação direta com o vício identificado.
- III. Irregularidades ou omissões que não configurem as hipóteses legais de nulidade poderão ser sanadas quando resultarem prejuízo ao sujeito passivo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

149. A legislação tributária prevê regras específicas relacionadas à reincidência em infrações fiscais, aos efeitos do pagamento de penalidades e à possibilidade de exclusão da responsabilidade por meio da denúncia espontânea. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se reincidência a prática de qualquer nova infração tributária pelo mesmo sujeito passivo dentro do prazo de cinco exercícios, ainda que diversa da infração anteriormente cometida.
- b) O pagamento da multa extingue a obrigação de reparar os danos decorrentes da infração e dispensa o cumprimento das exigências regulamentares.
- c) A denúncia espontânea exclui a responsabilidade apenas quando apresentada após o início do procedimento fiscal.
- d) A reincidência somente se caracteriza quando houver nova infração idêntica cometida pelo mesmo sujeito passivo após decisão administrativa definitiva no procedimento anterior.
- e) A denúncia espontânea dispensa o pagamento do imposto devido, sendo suficiente a comunicação formal da infração à autoridade fiscal

150. O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) possui disciplina específica quanto à sua emissão, possibilidade de cancelamento e utilização de carta de correção eletrônica. A legislação também estabelece requisitos técnicos relacionados ao formato do arquivo digital e à forma de retificação das informações prestadas. Com base no RICMS-PA, analise as afirmativas abaixo:

- I. O arquivo digital do CT-e deve ser elaborado no padrão XML, conforme leiaute definido no Manual de Orientação do Contribuinte.
- II. O cancelamento do CT-e pode ser solicitado após o início da prestação do serviço de transporte, desde que dentro do prazo de 168 horas.
- III. Havendo mais de uma carta de correção eletrônica para o mesmo CT-e, o emitente deverá consolidar

na última todas as informações anteriormente retificadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Rafael Rocha (Caverna)

151. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, são cabíveis as seguintes penalidades aos infratores da legislação tributária, exceto:

- a) imposição da atualização monetária.
- b) imposição de juros.
- c) imposição de multa.
- d) aplicação de medidas acauteladoras.
- e) medida cautelar fiscal.

152. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, julgue os seguintes itens acerca dos efeitos da consulta:

- I. suspende o curso do prazo de recolhimento dos tributos não-vencidos à data em que for formulada.
- II. exclui a punibilidade do consultante, no que se refere a infrações meramente formais.
- III. impede ação fiscal a partir da apresentação da consulta até trinta dias da data da ciência.
- IV. adquire o caráter de denúncia espontânea em relação a débito vencido até a data da ciência de sua solução pelo sujeito passivo, desde que, no prazo de trinta dias da data da intimação da solução, o sujeito passivo adote as demais providências previstas na legislação.

São corretos, apenas:

- a) II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

153. Acerca da base de cálculo do ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) Não se deduzirá da base de cálculo do imposto, o valor de quaisquer dívidas que onerem o bem ou direito, ou a sua forma de aquisição, nem mesmo as dívidas do espólio.
- b) Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores na data da transmissão.
- c) Em se tratando de imóvel urbano ou de direito a ele relativo, a base de cálculo corresponderá ao valor fixado para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
- d) Na hipótese em que o capital da sociedade tiver sido integralizado em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do

imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens imóveis ou direitos.

- e) A base de cálculo na instituição do usufruto, por ato não oneroso será de 1/3 (um terço) do valor venal do bem.

154. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, os Conselheiros do TARF, por ocasião do julgamento no contencioso administrativo, deverão observar os precedentes judiciais firmados em determinadas situações. Assinale a opção incorreta:

- a) quaisquer decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas em sede de recurso extraordinário
- b) súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre direito local.
- c) súmulas do Superior Tribunal de Justiça.
- d) incidentes de resolução de demanda repetitiva.
- e) quaisquer decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade.

155. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, os Conselheiros do TARF perderão o mandato se:

- a) faltar, sem justo motivo, a duas sessões consecutivas ou 5 alternadas, durante o período de 12 meses.
- b) solicitar prorrogações de prazos para relatar expediente sob sua responsabilidade duas vezes consecutivas, durante o período de um ano calendário.
- c) deixar de relatar expedientes sob sua responsabilidade, em qualquer hipótese, durante duas sessões consecutivas àquela em que deveria ser relatado.
- d) praticar atos de improbidade administrativa ou que deliberadamente impeçam a tramitação normal dos expedientes.
- e) solicitar prorrogações de prazos, em relação a expedientes diversos, 5 vezes alternadas, durante o período de um ano calendário.

CONTABILIDADE GERAL*Júlio Cardozo*

156. A diretoria da empresa Nova Carajás Ltda. solicitou ao contador um relatório contábil contendo o seguinte elenco de contas e respectivos saldos em reais (R\$):

Contas	Saldos (R\$)
Caixa	25.000,00
Clientes	22.000,00
Receitas líquidas	150.000,00
Dividendos a distribuir	30.000,00
Adiantamentos a fornecedores	12.000,00
Máquinas e equipamentos	70.000,00
Custos das mercadorias vendidas	60.000,00
Depreciação acumulada	10.000,00
Estoques de mercadorias	14.000,00
Despesas operacionais	45.000,00
Impostos a recolher	5.000,00
Capital social	25.000,00
Fornecedores	20.000,00
Reservas de lucro	8.000,00

Considerando que essas são as únicas contas com saldo e que o resultado ainda não foi encerrado, pode-se afirmar que, após a apuração do resultado, a empresa Nova Carajás Ltda. apresenta uma situação líquida:

- a) superavitária em R\$ 48.000,00.
- b) positiva em R\$ 78.000,00.
- c) positiva em R\$ 71.000,00.
- d) deficitária em R\$ 48.000,00.
- e) passivo a descoberto em R\$ 52.000,00.

157. Conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)), os elementos das demonstrações contábeis relacionados à posição financeira da entidade são ativos, passivos e patrimônio líquido.

Em relação ao ativo, é correto afirmar que este elemento é definido como:

- a) uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- b) uma redução no patrimônio líquido decorrente de distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- c) um aumento no patrimônio líquido decorrente de contribuições dos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- d) uma saída de recursos econômicos que resulta em diminuição do patrimônio líquido, exceto as distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- e) um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

158. A empresa Delivery Express Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de agosto/2019, o contador considerou as informações abaixo.

Fatos	Valor (R\$)
Compra e consumo de material de limpeza em agosto/2019, paga em setembro/2019	40,00
Despesa de agosto/2019, paga em setembro/2019	70,00
Receita de agosto/2019, recebida em setembro/2019	200,00
Compra e consumo de material em agosto/2019, paga em agosto/2019	90,00
Despesa de setembro/2019, paga em agosto/2019	230,00
Receita de setembro/2019, recebida em agosto/2019	250,00
Despesa de agosto/2019, paga em agosto/2019	180,00
Receita de agosto/2019, recebida em agosto/2019	300,00

No final de agosto/2019, o contador apurou: (i) o resultado econômico e (ii) o resultado financeiro (saldo líquido de caixa) pelo regime de caixa. Os resultados são:

- a) lucro de 120,00 e saldo de caixa de 50,00.
- b) lucro de 50,00 e saldo de caixa de 120,00.
- c) lucro de 140,00 e saldo de caixa de 50,00.
- d) lucro de 160,00 e saldo de caixa de 50,00.
- e) prejuízo de 80,00 e saldo de caixa de 280,00.

159. Considere a seguinte relação de contas extraída de um balancete de verificação:

Conta	Valor (R\$)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	150.000
Caixa	40.000
Clientes	120.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.000
Estoques de mercadorias	300.000
Despesas antecipadas de aluguel	30.000
Máquinas e equipamentos	500.000
Depreciação acumulada	50.000

Participações permanentes em outras empresas	200.000
Empréstimos concedidos a coligadas para resgate em 30 dias (CP)	180.000
Despesas administrativas	25.000
Fornecedores	60.000
Custo das mercadorias vendidas	90.000

Considere ainda que as contas relacionadas ao negócio principal da empresa são de curto prazo.

Com base nessas informações, os ativos circulante e não circulante totalizam, respectivamente:

- a) R\$ 630.000 e R\$ 830.000.
- b) R\$ 650.000 e R\$ 830.000.
- c) R\$ 640.000 e R\$ 850.000.
- d) R\$ 810.000 e R\$ 650.000.
- e) R\$ 640.000 e R\$ 830.000.

160. A empresa Santarém Comércio Ltda., sediada no Estado do Pará, adquiriu à vista mercadorias para revenda no valor de R\$ 320.000,00 (valor líquido de tributos), obtendo um desconto comercial de R\$ 16.000,00 em função do volume da compra.

Além disso, incorreu nos seguintes gastos, pagos separadamente:

- Imposto de importação no valor de R\$ 18.000,00.
- Gasto com transporte das mercadorias até o estabelecimento no valor de R\$ 10.000,00.
- Gastos com seguros no transporte das mercadorias no valor de R\$ 4.000,00.
- IPI não recuperável no valor de R\$ 7.000,00.
- ICMS recuperável no valor de R\$ 12.000,00.

De acordo com o CPC 16 – Estoques, o valor atribuído ao estoque das mercadorias adquiridas pela empresa Santarém Comércio Ltda. foi, em reais,

- a) R\$ 343.000,00
- b) R\$ 355.000,00
- c) R\$ 331.000,00
- d) R\$ 347.000,00
- e) R\$ 359.000,00

161. O contador da companhia Altamira Equipamentos S/A iniciou o processo de revisão do ativo imobilizado da empresa para determinar o valor contábil de seus bens. Para isso, iniciou o cálculo da depreciação da máquina Alfa, que apresentava as seguintes informações:

- Adquirida em 01/04/2022 pelo valor de R\$ 120.000,00.
- Disponível para uso em 30/06/2022.
- Vida útil estimada em 10 anos.
- Valor residual estimado em R\$ 12.000,00.

Com base nessas informações, o valor contábil da máquina em 31/12/2022 é:

- a) R\$ 112.800,00
- b) R\$ 113.700,00
- c) R\$ 111.000,00
- d) R\$ 108.000,00
- e) R\$ 114.600,00

162. Em 31/12/2025, a companhia Belém Participações S.A. apresentava os seguintes saldos em suas contas do Patrimônio Líquido:

- Capital Social R\$ 600.000
- Reservas de Capital R\$ 80.000
- Reservas de Lucros R\$ 250.000
- Ações em Tesouraria R\$ 120.000

Durante o exercício de 2026, ocorreram os seguintes fatos:

1. Apurou lucro líquido de R\$ 200.000.
2. Recebeu subvenção governamental de R\$ 50.000, condicionada ao cumprimento de metas futuras.
3. Distribuiu dividendos no valor de R\$ 60.000.
4. Constituiu Reserva Legal de R\$ 10.000.
5. Vendeu todas as ações em tesouraria por R\$ 150.000.

Após o registro dessas operações, o Patrimônio Líquido da companhia em 31/12/2026 será, em reais:

- a) 1.080.000
- b) 1.100.000
- c) 1.110.000
- d) 1.120.000
- e) 1.150.000

163. Considere as informações extraídas da contabilidade da empresa Itaituba Comercial Ltda., referentes ao exercício de 2026:

Conta	Valor (R\$)
Vendas Brutas de Mercadorias	180.000
Devoluções de vendas	5.400
Abatimentos sobre vendas	3.600
Impostos sobre vendas – 20%	36.000
Comissão de vendas – 5% sobre vendas brutas	9.000
Frete sobre vendas	4.500
Estoque inicial de mercadorias	70.000
Compras líquidas	90.000
Estoque final de mercadorias	60.000
Despesas administrativas	20.000
Descontos financeiros concedidos	2.000

O lucro bruto apurado no período foi, em reais, de:

- a) 35.000
- b) 76.000
- c) 81.400
- d) 94.000
- e) 49.500

164. A empresa Ananindeua Comercial S/A apresentou as seguintes informações referentes ao primeiro trimestre de 2024 (valores em R\$):

Demonstração do Resultado

Receita de vendas **400.000**

Custo das mercadorias vendidas **(240.000)**

Lucro bruto **160.000**

Despesas operacionais

Despesa de salários **(60.000)**

Despesa de depreciação **(12.000)**

Perda na venda de máquina **(8.000)**

Lucro líquido **80.000**

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/2023	31/03/2024
Caixa	20.000	78.000
Clientes	70.000	95.000
Estoques	50.000	35.000
Imobilizado	200.000	180.000

Passivo + PL	31/12/2023	31/03/2024
Fornecedores	40.000	28.000
Salários a pagar	12.000	18.000
Empréstimos bancários	90.000	120.000
Capital social	150.000	150.000
Reservas de lucro	48.000	72.000

Sabe-se que:

- a Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto;

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais no período foi de:

- a) 50.000
- b) 58.000,
- c) 68.000
- d) 72.000

e) 84.000

165. Em uma ação judicial envolvendo uma sociedade empresária, o juiz determinou a apresentação dos livros contábeis para análise pericial. O perito contábil solicitou acesso ao Livro Diário, aos livros auxiliares e ao Razão, a fim de verificar a regularidade da escrituração e identificar evidências relevantes ao processo.

Considerando as disposições do Código de Processo Civil (arts. 396 a 404 e 464 a 480) e os princípios aplicáveis à escrituração contábil, é correto afirmar que:

- a) os livros contábeis podem ser utilizados como prova judicial apenas quando apresentarem registros favoráveis exclusivamente à parte que os apresentou.
- b) a escrituração contábil perde validade como meio de prova quando realizada por meio eletrônico, sendo admitidos apenas livros contábeis impressos e encadernados.
- c) os livros contábeis regularmente escriturados podem servir como meio de prova em juízo, sendo sua análise realizada de forma indivisível, ou seja, considerando tanto os registros favoráveis quanto os desfavoráveis à parte que os apresentou.
- d) somente o Livro Diário possui valor probatório em juízo, sendo os livros auxiliares e o Razão considerados meros controles internos sem validade jurídica.
- e) a análise dos livros contábeis como meio de prova depende exclusivamente da interpretação do advogado das partes, sendo vedada a realização de perícia contábil para esse fim.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Marcondes Fortaleza*

166. A empresa MAVIFOR fez a emissão de 1.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,50 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 1.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2025
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 244.118,09
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 33.333,64

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 2.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2025 foi, em reais,

- a) 154.999,86.
- b) 176.999,97.
- c) 196.666,63.
- d) 180.000,00.
- e) 200.000,00.

167. A empresa ILUSTRES S.A. realizou, em 01/12/2025, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 495.000,00

Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, e que a taxa acumulada para o período de 15 meses é de 10%, a empresa ILUSTRES S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2025, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2025,

- a) Receita de Vendas = R\$ 850.000,00, apenas.
- b) Receita de Vendas = R\$ 895.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 850.000,00 e Receita Financeira = R\$ 3.600,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 850.000,00 e Receita Financeira = R\$ 3.960,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 895.000,00 e Receita Financeira = R\$ 50.000,00.

168. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor registrado em investimento na data da aquisição foi, em reais,

- a) 500.000,00.
- b) 600.000,00.
- c) 700.000,00.
- d) 720.000,00.
- e) 1.300.000,00.

169. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2025:

	Cia C	Cia M
Caixa	250.000	300.000
Terrenos	500.000	400.000
Total das Aplicações	750.000	700.000
Capital Social	750.000	700.000
Total das Origens	750.000	700.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 700.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 550.000.

Em 02/01/2026, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 1.400.000,00.
- b) R\$ 1.450.000,00.
- c) R\$ 1.500.000,00.
- d) R\$ 1.800.000,00.
- e) R\$ 2.900.000,00.

170. A empresa MAVIFOR realizou, em 31/12/2025, um contrato de arrendamento de um máquina que será utilizada na fabricação de produtos. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 83.733,88, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2026, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 500.000,00 (igual ao valor justo da máquina) e a empresa pretende ficar com o bem após o término do contrato. A vida útil estimada para o imobilizado é de 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 80.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2026, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- a) 77.000,00.
- b) 42.000,00.
- c) 35.000,00
- d) 75.000,00.
- e) 83.733,88.

171. A Cia. MAVIFOR adquiriu, em 31/12/2025, um equipamento por R\$ 42.000,00, para pagamento em 2 anos. Se tivesse efetuado o pagamento à vista o valor teria sido R\$ 40.000,00.

Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 10 anos e o valor residual em R\$ 1.500,00.

Em 1/1/2027, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era 5 anos e o valor residual era R\$ 1.500,00.

Sabendo-se que o equipamento foi depreciado pelo método da soma dos dígitos, seu valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2027, foi, em reais,

- a) 21.000,00.
- b) 22.500,00.
- c) 23.000,00.
- d) 24.500,00.
- e) 25.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Silvio Sande*

172. Com base na terminologia contábil utilizada na contabilidade de custos, analise os seguintes fatos:

I. Aquisição de máquinas para serem utilizadas no processo produtivo;

II. Utilização de matérias-primas na produção;

III. Reconhecimento do gasto com energia referente ao setor comercial.

Pode-se afirmar que esses fatos, respectivamente, representam

- a) despesa, custo e investimento.
- b) custo, investimento e despesa.
- c) investimento, custo e despesa.
- d) despesa, investimento e custo.
- e) custo, despesa e investimento.

173. O setor de contabilidade de custos da companhia Rio Negro S/A apresentou os seguintes dados referentes a sua produção durante o mês de junho de 2021:

- Custos fixos: R\$ 30.000,00;
- Custos variáveis: R\$ 72.000,00;
- Despesas fixas: R\$ 22.000,00;
- Despesas variáveis: R\$ 48.000,00;
- Produção: 2.400 unidades totalmente concluídas;
- Vendas líquidas: 2.000 unidades;
- Preço unitário de venda: R\$ 220,00.

Levando-se em consideração que não havia estoques iniciais e finais de produtos em elaboração e que não havia estoques iniciais de produtos concluídos, ao adotar o custeio variável pode-se dizer o lucro líquido auferido foi de

- a) R\$ 302.000,00.
- b) R\$ 294.000,00.
- c) R\$ 280.000,00.
- d) R\$ 256.000,00.
- e) R\$ 231.000,00.

174. A empresa Santarém S/A apresentou os seguintes dados referentes à produção e venda de 50 unidades de seu principal produto:

- custos indiretos de fabricação: R\$ 500.000,00

- impostos e contribuições sobre vendas: R\$ 100.000,00

- custos das matérias-primas: R\$ 40.000,00

- receita bruta de vendas: R\$ 500.000,00

- custo da mão-de-obra direta: R\$ 25.000,00

A partir desses dados, e levando-se em consideração que os custos indiretos de fabricação são considerados como custos fixos de produção, pode-se dizer que a margem de contribuição unitária desse produto, em reais, é

- a) 6.700,00.
- b) 8.700,00.
- c) 9.700,00.
- d) 235.000,00.
- e) 335.000,00.

175. Os diretores da empresa Parauapebas S/A, demandaram do setor de contabilidade a informação de quantas unidades do produto a empresa precisariam produzir e vender durante o mês de outubro de 2025, para cobrir seus custos fixos num total de R\$ 150.000,00 (menos a depreciação do mês inclusa no valor de R\$ 30.000,00), pagar uma parcela de um financiamento no valor de R\$ 50.000,00 e obter um lucro de R\$ 200.000,00.

O preço unitário de venda do produto curimbó é R\$ 6.000,00 e o custo variável unitário é de R\$ 4.000,00. Levando-se em consideração a união dos procedimentos dos pontos de equilíbrio contábil, econômico e financeiros, o setor de contabilidade informou aos diretores da empresa Parauapebas S/A que precisarão produzir e vender

- a) 505 unidades.
- b) 535 unidades.
- c) 155 unidades.
- d) 225 unidades.
- e) 185 unidades.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

176. No âmbito dos trabalhos de asseguarção, os riscos do trabalho podem ser classificados em componentes que independem do auditor independente e componentes sobre os quais ele exerce influência direta. À luz dessa classificação, assinale a alternativa correta.

- a) O risco inerente e o risco de controle são riscos diretamente influenciáveis pelo auditor, pois decorrem da natureza e da extensão dos procedimentos aplicados.
- b) O risco de detecção decorre exclusivamente das limitações inerentes ao sistema de controle interno da entidade auditada.
- c) O risco de mensuração ou avaliação somente se aplica aos trabalhos de atestação, uma vez que neles o auditor não realiza a mensuração do objeto.
- d) O risco de controle corresponde à possibilidade de o auditor não identificar distorções relevantes em razão de falhas nos seus procedimentos de auditoria.
- e) O risco inerente representa a suscetibilidade da informação do objeto conter distorção relevante, independentemente da existência ou eficácia de controles internos.

177. De acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis à auditoria independente de demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- a) o objetivo da auditoria é assegurar, de forma absoluta, que as demonstrações contábeis estejam livres de quaisquer distorções, independentemente de sua relevância.
- b) a confiança dos usuários nas demonstrações contábeis é aumentada quando o auditor expressa opinião sobre a adequação da apresentação das demonstrações, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- c) a auditoria tem por finalidade certificar a correção individual de cada transação registrada pela entidade auditada.
- d) o auditor expressa opinião exclusivamente sobre a eficiência dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis.
- e) a auditoria substitui os mecanismos de governança corporativa ao validar integralmente as decisões da administração.

178. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia de médio porte, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro, o auditor independente solicitou à administração acesso a documentos e registros necessários para a verificação de determinados saldos contábeis relevantes. Contudo, a administração impôs restrições que impediram a realização de procedimentos de auditoria considerados essenciais, impossibilitando a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca de diversas contas significativas. Após avaliar a extensão dessas limitações e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis, o auditor concluiu que a emissão de uma opinião com ressalva não seria suficiente para atender às necessidades informacionais dos usuários previstos das demonstrações contábeis. Nos termos da NBC TA 200 (R1), nessa circunstância, o auditor deve:

- a) emitir opinião adversa, uma vez que a impossibilidade de obter evidência suficiente implica necessariamente a existência de distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) emitir opinião com ressalva, pois qualquer limitação de alcance deve ser tratada por meio de ressalva no relatório do auditor independente.
- c) emitir relatório sem modificação de opinião, desde que descreva as limitações encontradas em parágrafo de outros assuntos.
- d) emitir relatório com parágrafo de ênfase, destacando a limitação de alcance, sem modificação da opinião.
- e) abster-se de emitir opinião ou renunciar ao trabalho de auditoria, quando a renúncia for possível de acordo com a legislação ou regulamentação aplicável.

179. Durante a fase de negociação e aceitação de um novo trabalho de auditoria independente, o auditor realiza discussões preliminares com a administração da entidade e com os responsáveis pela governança para definir os termos do trabalho. Nesse momento, a administração informa que pretende restringir o acesso do auditor a determinadas informações e procedimentos considerados relevantes, o que configuraria uma limitação significativa no alcance da auditoria.

Ao avaliar previamente essa condição, o auditor conclui que tal restrição impediria a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente, sendo previsível que, caso aceitasse o trabalho nessas condições, o resultado seria a emissão de relatório com abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis.

Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TA), nessa situação o auditor deverá:

- a) aceitar o trabalho, desde que evidencie a limitação no alcance na seção “Base para Opinião” do relatório.
- b) aceitar o trabalho, classificando-o como trabalho de asseguração limitada.
- c) aceitar o trabalho apenas se a administração assumir formalmente a responsabilidade pela limitação imposta.
- d) não aceitar o trabalho como auditoria, salvo se a aceitação for exigida por lei ou regulamento.
- e) aceitar o trabalho e emitir, ao final, opinião com ressalva em razão da limitação imposta.

180. Durante o processo de montagem do arquivo final de auditoria, após a data do relatório do auditor, é correto afirmar que:

- a) podem ser executados novos procedimentos de auditoria, desde que tenham natureza complementar.
- b) podem ser realizadas novas conclusões, desde que aprovadas pelo sócio responsável pelo trabalho.
- c) somente são permitidas modificações na documentação de auditoria que alterem julgamentos profissionais relevantes.
- d) podem ser realizadas modificações de natureza administrativa, sem execução de novos procedimentos nem formação de novas conclusões.
- e) é vedada qualquer modificação na documentação de auditoria, ainda que de natureza meramente formal.

181. Durante a realização dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis de uma companhia aberta, o auditor independente identificou que a administração da entidade não havia implementado políticas formais de prevenção à fraude, tampouco existiam mecanismos estruturados de supervisão por parte dos responsáveis pela governança. Ao discutir o tema com o comitê de auditoria, surgiu o questionamento acerca das responsabilidades relativas à prevenção e detecção de fraudes no contexto da auditoria das demonstrações contábeis. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria, especialmente da NBC TA 240 (R1), é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraude é do auditor independente, que deve implementar controles internos adequados durante o trabalho de auditoria.
- b) a responsabilidade principal pela prevenção e detecção de fraude é da administração e dos responsáveis pela governança, cabendo ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante decorrente de fraude ou erro.

- c) a responsabilidade pela prevenção da fraude é compartilhada igualmente entre o auditor e a administração, sendo do auditor a obrigação de detectar todas as fraudes relevantes durante a auditoria.
- d) a responsabilidade pela detecção de fraude é exclusiva dos responsáveis pela governança, enquanto o auditor deve apenas avaliar se os controles internos foram formalmente documentados.
- e) o auditor é responsável por garantir que todas as fraudes existentes sejam detectadas, desde que tenha planejado e executado adequadamente os procedimentos de auditoria.

182. No que se refere ao planejamento da auditoria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O plano de auditoria deve conter apenas os procedimentos adicionais de auditoria no nível das afirmações, sendo vedada a inclusão de procedimentos de avaliação de riscos.
- b) O plano de auditoria é estático e não pode ser alterado após o início da execução do trabalho, sob pena de violação às normas de auditoria.
- c) O plano de auditoria deve descrever a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de riscos e dos procedimentos adicionais de auditoria planejados.
- d) A atualização da estratégia global e do plano de auditoria somente é admitida quando houver erro relevante identificado nas demonstrações contábeis.
- e) O planejamento da supervisão e da revisão do trabalho da equipe não integra o planejamento da auditoria.

183. Durante a execução de procedimentos de auditoria sobre o saldo de contas a receber de determinada entidade, o auditor independente obteve confirmações externas de alguns clientes que divergiam das informações registradas na contabilidade da empresa. Além disso, ao examinar relatórios gerenciais utilizados como evidência de auditoria, o auditor identificou indícios de que determinadas informações poderiam não ter sido elaboradas sob controles confiáveis.

Nos termos da NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, diante de inconsistência entre evidências obtidas de diferentes fontes ou de dúvidas quanto à confiabilidade das informações utilizadas como evidência de auditoria, o auditor deve:

- a) descartar automaticamente as evidências internas da entidade, priorizando exclusivamente as evidências obtidas de fontes externas independentes.
- b) avaliar se as inconsistências identificadas são relevantes e, caso não sejam, manter os procedimentos inicialmente planejados sem necessidade de procedimentos adicionais.
- c) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar a inconsistência ou dúvida identificada e considerar os possíveis efeitos desse assunto sobre outros aspectos da auditoria.
- d) comunicar imediatamente aos responsáveis pela governança a existência da inconsistência e interromper os trabalhos de auditoria até que a administração apresente esclarecimentos formais.
- e) emitir opinião com ressalva no relatório do auditor independente, em razão da existência de evidências conflitantes obtidas durante os procedimentos de auditoria.

184. Durante a execução da auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia industrial, o auditor independente realizou diversos procedimentos de obtenção de evidência. Entre eles, examinou contratos de venda celebrados pela entidade, analisou certificados representativos de títulos financeiros mantidos em carteira e realizou inspeção física de determinados ativos imobilizados existentes no pátio da empresa. À luz da NBC TA 500 (Evidência de Auditoria), especificamente quanto ao procedimento de inspeção, assinale a alternativa correta.

- a) A inspeção de registros e documentos internos fornece evidência de auditoria sempre mais confiável do que a obtida de fontes externas, independentemente da efetividade dos controles internos sobre sua elaboração.
- b) A inspeção de documentos que representam instrumentos financeiros, como ações ou títulos, fornece evidência conclusiva não apenas sobre a existência do ativo, mas também sobre sua propriedade e mensuração contábil.
- c) A inspeção física de ativos tangíveis constitui procedimento capaz de fornecer evidência de auditoria confiável sobre sua existência, mas não necessariamente sobre os direitos da entidade sobre esses ativos ou sobre sua avaliação.
- d) A inspeção de contratos executados pela entidade é irrelevante para fins de auditoria, pois tais documentos não fornecem evidência acerca da aplicação das políticas contábeis, como reconhecimento de receitas.
- e) A inspeção de ativos tangíveis não pode ser utilizada em conjunto com outros procedimentos de auditoria, como a observação da contagem física de estoques.

185. O auditor independente identificou que o saldo de estoques representa parcela significativa do ativo total durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada sociedade empresária do setor industrial. Considerando a relevância desse saldo, o auditor planejou procedimentos específicos para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à existência e às condições dos estoques.

Conforme as disposições da NBC TA 501, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve acompanhar a contagem física dos estoques apenas quando houver suspeita de distorção relevante, podendo dispensar tal procedimento se os controles internos forem considerados eficazes.
- b) O auditor deve acompanhar a contagem física dos estoques, salvo quando impraticável, avaliando as instruções da administração, observando os procedimentos de contagem, inspecionando os itens e executando testes de contagem, além de realizar procedimentos sobre os registros finais de estoque.
- c) O auditor deve limitar seus procedimentos à inspeção documental dos registros de estoque da entidade, pois a contagem física é responsabilidade exclusiva da administração.
- d) O auditor deve realizar contagem física independente de todos os itens de estoque existentes na entidade, de modo a assegurar evidência direta e completa sobre sua existência.
- e) Caso o estoque seja relevante, o auditor deve obter evidência apenas quanto à existência dos itens, sendo desnecessária a execução de procedimentos sobre os registros finais de estoque.

186. Durante a execução de auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade XPTO S/A, o auditor independente planejou realizar procedimentos de confirmação externa junto a clientes e instituições financeiras, com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca de determinados saldos relevantes. Entretanto, a administração da entidade recusou-se a autorizar o envio das solicitações de confirmação. Segundo a NBC TA 505 – Confirmações Externas, nessa situação, o auditor deve

- a) acatar a decisão da administração, substituindo integralmente o procedimento de confirmação por testes substantivos, sem necessidade de investigar os motivos da recusa.
- b) solicitar que os responsáveis pela governança autorizem o envio das confirmações e, caso também se oponham, encerrar imediatamente o trabalho de auditoria.
- c) indagar as razões da recusa da administração, avaliar suas implicações na avaliação dos riscos de distorção relevante — inclusive quanto ao risco de fraude — e executar procedimentos alternativos de auditoria para obter evidência apropriada e suficiente.
- d) desconsiderar os saldos objeto da confirmação externa na formação de sua opinião, desde que existam outros elementos de prova disponíveis nos registros contábeis da entidade.
- e) emitir automaticamente relatório com abstenção de opinião, uma vez que a recusa da administração caracteriza limitação de alcance relevante e generalizada.

187. Durante a execução dos testes de auditoria sobre controles internos e procedimentos substantivos, o auditor independente avaliou a possibilidade de utilizar amostragem estatística ou não estatística para selecionar itens de uma população. Ao planejar a amostra, considerou também o risco de amostragem que estaria disposto a aceitar e o impacto desse fator sobre o tamanho da amostra a ser selecionada.

Conforme as disposições da NBC TA 530 (Amostragem em Auditoria), assinale a alternativa correta.

- a) A utilização de amostragem estatística é obrigatória quando o tamanho da população for elevado, sendo vedado ao auditor utilizar julgamento profissional para determinar o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra constitui o principal critério para distinguir entre amostragem estatística e não estatística, sendo a amostragem estatística caracterizada por amostras maiores.
- c) Quanto menor for o risco de amostragem que o auditor estiver disposto a aceitar, menor deverá ser o tamanho da amostra selecionada, pois isso reduz a probabilidade de erro nas conclusões.
- d) A decisão entre utilizar amostragem estatística ou não estatística depende do julgamento do auditor, sendo que o tamanho da amostra pode ser determinado tanto por fórmulas estatísticas quanto por julgamento profissional.
- e) A amostragem não estatística impede a avaliação do risco de amostragem, razão pela qual somente a amostragem estatística permite a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

188. No curso da auditoria, a administração recusou-se a fornecer representações formais exigidas pela NBC TA 580 (R1), mesmo após discussão com o auditor. Após reavaliação, o auditor concluiu que há dúvida suficiente quanto à integridade da administração. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor deve abster-se de emitir opinião, em conformidade com a NBC TA 705, em razão da não obtenção das representações formais exigidas.
- b) O auditor deve emitir opinião com ressalva, pois a ausência de representações formais nunca justifica abstenção de opinião.
- c) O auditor deve emitir opinião adversa, independentemente da materialidade dos possíveis efeitos.
- d) A recusa da administração em fornecer representações formais afeta apenas a evidência relacionada às áreas específicas solicitadas, não comprometendo a auditoria como um todo.
- e) O auditor deve aceitar representações verbais como substitutas das representações formais exigidas.

189. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, verificou-se que as demonstrações anteriormente emitidas foram posteriormente alteradas pela administração para corrigir distorções identificadas após sua divulgação. Em decorrência disso, o auditor independente foi solicitado a emitir novo relatório sobre as demonstrações contábeis alteradas. De acordo com as normas de auditoria, nessa situação o auditor independente

- a) deve emitir novo relatório sem qualquer referência às demonstrações anteriormente emitidas, pois o novo relatório substitui integralmente o anterior.
- b) deve incluir no novo relatório parágrafo de ênfase ou de outros assuntos, sem necessidade de referência a nota explicativa específica, pois a própria inclusão do parágrafo já evidencia a alteração realizada.
- c) deve incluir no novo ou reemitido relatório um Parágrafo de Ênfase ou de Outros Assuntos, fazendo referência à nota explicativa que descreve detalhadamente as razões da alteração das demonstrações contábeis anteriormente emitidas e do relatório anterior do auditor.
- d) deve modificar sua opinião obrigatoriamente, ainda que as alterações tenham corrigido integralmente as distorções anteriormente existentes.
- e) não pode emitir novo relatório, devendo apenas comunicar formalmente aos usuários das demonstrações contábeis a existência das alterações realizadas pela administração.

190. Analise a situação hipotética a seguir.

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente concluiu, com base em evidência de auditoria apropriada e suficiente, que determinadas distorções identificadas são relevantes, porém não generalizadas nas demonstrações contábeis. Em outro cenário hipotético, o auditor não conseguiu obter evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que os possíveis efeitos de distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.

Conforme a NBC TA 705, nesses dois cenários, respectivamente, o auditor deverá emitir:

- a) opinião não modificada; e opinião com ressalva.
- b) opinião com ressalva; e abstenção de opinião.
- c) opinião adversa; e opinião com ressalva.
- d) abstenção de opinião; e opinião adversa.
- e) opinião com ressalva; e opinião adversa.

ECONOMIA REGIONAL

Amanda Aires

191. O estado do Pará apresenta grande extensão territorial e características físicas relevantes para a compreensão de sua organização espacial. Considerando essas características, assinale a alternativa correta.

- a) O Pará é o maior estado brasileiro em extensão territorial e possui mais de 200 municípios.
- b) O estado possui cerca de 1,24 milhão de km² e está dividido em 144 municípios.
- c) O Pará apresenta predominância de relevo montanhoso, com altitudes superiores a 1.000 metros.
- d) O território paraense possui apenas uma região metropolitana oficial.
- e) O estado não possui fronteiras internacionais.

192. A economia do Pará apresenta forte presença de atividades extrativas e agropecuárias. Sobre a estrutura produtiva do estado, assinale a alternativa correta.

- a) A mineração possui pouca relevância econômica no estado.
- b) O Pará é dependente exclusivamente da produção industrial de bens de consumo.
- c) A economia paraense destaca-se pela exportação de minérios, madeira e outros produtos primários.
- d) A agropecuária é inexistente nas regiões do interior do estado.
- e) A economia estadual baseia-se principalmente na produção automobilística.

193. A infraestrutura de transporte é essencial para o escoamento da produção no estado do Pará. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A construção da rodovia Belém–Brasília alterou a lógica de transportes na região amazônica.
- b) O transporte fluvial sempre foi irrelevante para o Pará.
- c) O transporte ferroviário é historicamente o principal meio de transporte da região.
- d) A construção de Brasília não influenciou a integração territorial da Amazônia.
- e) O transporte rodoviário permanece inexistente no estado.

194. Com base nas informações sobre a população do estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- a) A população do Pará é inferior a 2 milhões de habitantes.
- b) O estado possui aproximadamente 8,6 milhões de habitantes.
- c) O Pará possui menos de 50 municípios.
- d) A população do estado está concentrada apenas na capital.

e) A população indígena representa mais da metade da população estadual.

195. O estado do Pará possui uma rede hidrográfica extensa e estratégica. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Pará possui apenas uma região hidrográfica.
- b) Os rios paraenses não possuem importância econômica.
- c) As hidrovias são utilizadas para transporte e escoamento da produção.
- d) Não existem usinas hidrelétricas no estado.
- e) O estado não possui aquíferos.

196. Sobre o clima predominante no estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- a) Clima subtropical úmido.
- b) Clima mediterrâneo.
- c) Clima semiárido.
- d) Clima equatorial úmido.
- e) Clima temperado oceânico.

197. Sobre as unidades de conservação no Pará, assinale a alternativa correta.

- a) Existem apenas unidades de conservação federais no estado.
- b) O estado possui 98 unidades de conservação.
- c) Não existem unidades de uso sustentável.
- d) Todas as unidades de conservação proíbem qualquer atividade humana.
- e) O estado não possui parques estaduais.

198. Sobre a vegetação predominante no Pará, assinale a alternativa correta.

- a) A floresta ombrófila densa ocupa grande parte do território.
- b) A vegetação predominante é a caatinga.
- c) O cerrado ocupa mais da metade do estado.
- d) Não existem áreas de savana no Pará.
- e) A vegetação do estado é homogênea.

199. Sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e instrumentos ambientais, assinale a alternativa correta.

- a) O CAR é um registro obrigatório de imóveis rurais para controle ambiental.
- b) O CAR é utilizado apenas em áreas urbanas.
- c) O CAR substitui todas as políticas ambientais.
- d) O CAR é facultativo aos proprietários rurais.
- e) O CAR não possui relação com monitoramento ambiental.

200. Sobre as regiões de integração do estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- a) O estado está dividido em apenas três regiões de integração.
 - b) O estado possui 12 regiões de integração utilizadas para planejamento regional.
 - c) As regiões de integração coincidem com as regiões metropolitanas.
 - d) As regiões de integração foram criadas apenas para fins eleitorais.
 - e) O estado não possui divisão regional para planejamento.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
